Nicolau Maquiavel – O Príncipe

Ao Magnífico Lourenço, Filho de Pedro de Médici

Freqüentemente, é costume dos que desejam para si as boas graças de um Príncipe, dar-lhe as coisas que lhe são mais caras, ou com as quais o vêem agradar-se; deste modo, inúmeras vezes, eles são mimoseados com cavalos, armas, tecidos bordados a ouro, pedras valiosas e demais ornamentos dignos de sua grandeza. Querendo eu ofertar a Vossa Magnificência uma prova qualquer de minha obrigação, não encontrei, entre as minhas posses, nada que mais prezado me seja ou que tanto estremeça. quanto o conhecimento das ações dos grandes homens adquiridos por uma longa experiência das coisas atuais, e uma repetida lição das antigas; as. quais, tendo eu, com muito afinco, detidamente estudado, examinado-as, remeto agora a Vossa Magnificência, reduzidas a pequeno volume. E não obstante considere esta obra indigna da Presença de Vossa Magnificência, não menos confio em que, por humanidade desta, deva vir a ser aceita, visto que não lhe posso fazer regalo maior do que lhe propiciar a faculdade de adquirir em tempo mui breve o aprendizado de tudo quanto, em tão dilatados anos e à custa de tantos atropelos e perigos, hei conhecido. Não enfeitei esta obra e não a enchi de períodos sonoros nem de palavras empoladas e floreios ou de nenhuma espécie de lisonja ou ornamento externo com que usam muitos descrever ou enfeitar as próprias obras; pois não desejei que nenhum outro fosse seu ornato e a torne agradável a não ser a variedade da matéria e a gravidade do assunto. Menos desejo que por presunção se tenha o fato de um homem de baixa e ínfima condição discorrer e regular a respeito do governo dos príncipes; visto como, aqueles que desenham os contornos dos países postam-se na planície para apreender a natureza dos montes, e para apreender a das planícies sobem aos montes, do mesmo modo que para bem aquilatar a natureza dos povos é preciso ser príncipe. e para aquilatar a dos príncipes é preciso ser povo. Receba. portanto, Vossa Magnificência este pequeno presente na tenção em que o mando. Se for esta obra considerada e lida cuidadosamente, conhecerá Vossa Magnificência o meu sincero desejo que atinja aquela grandeza que a Fortuna e demais qualidades lhe asseguram. E se Vossa Magnificência, do píncaro de sua altura, voltar alguma vez os olhos para baixo, conhecerá quão sem motivo aturo uma enorme e continuada má fortuna.

O PRÍNCIPE

CAPíTULO I

DE QUANTAS ESPÉCIES SÃO OS PRINCIPADOS. E QUANTAS SÃO AS MANEIRAS EM QUE SE ADQUIREM

Todos os Estados, os domínios todos que existiram e existem sobre os homens, foram e são repúblicas ou principados. Os principados. ou são hereditários. e seu senhor é príncipe pelo sangue.de longa data. ou são novos. São os novos inteiramente novos, tal como Milão com Francesco Sforza. ou tais membros juntados a um Estado que recebe por herança um príncipe. talo reino de Nápoles ao rei da Espanha. Tais domínios assim recebidos são. seja habituado a sujeição a um príncipe, seja livre, e são adquiridos com tropas alheias ou próprias, graças à fortuna ou à virtú.

CAPíTULO II
DOS PRINCIPADOS HEREDITÁRIOS

Não cuidarei das repúblicas, porque falei delas em outros sítios[1]. Farei referência

[1] Refere-se aqui Maquiavel à sua obra *Discorst sopra* Ia *prima deca*di *Ttto Livto.*

apenas aos principados. e tentarei discutir e mostrar como tais principados hereditários podem ser governados e conservados. Digo. pois. que nesta qualidade de Estados ligados à família de seu príncipe, menores se apresentam os óbices de os conservar, porque é suficiente que se não abandone o proceder dos antecessores, e também se use de contemporização com as situações novas, de jeito que, se o príncipe é de inteligência comum sempre se conservará no seu Estado, se não sobrevier força extraordinária e excessiva que o prive dele; e, ainda que tal sobrevenha, pode retomá-lo, por pior que seja o ocupante.

Na Itália. por exemplo, temos o duque de Ferrara, que opôs resistência ao ataque dos Venezianos em 1484, e aos do Papa Júlio em 1510, apenas porque antigo era o domínio de sua família. Pois o príncipe natural do país tem poucas oportunidades e pouquíssima necessidade de ofender. É pois evidente que se torne mais querido. Se deslises fora do comum não o tornam odiado, é razoável se faça normalmente benquisto de seu povo. E na antiguidade e prosseguimento do domínio perdem-se a memória e os motivos das inovações. porque uma mudança poderá vir sempre seguida da edificação de outra. .

CAPíTULO III
DOS PRINCIPADOS MISTOS

Entretanto a dificuldade está nos principados novos. Primeiro, se não é o caso de principado novo, totalmente. e sim de membro reunido a Estado hereditário (caso em que pode apelidar-se principado misto), as suas mudanças procedem sobretudo de uma dificuldade inerente a todos os principados novos, isto é, que os homens trocam de boa mente de senhor, pensando melhorar, e esta crença leva-os a tomar armas contra seu senhor atual. Realmente, enganam-se e vêem pela própria experiência terem piorado. Tal depende de outra necessidade natural e comum que leva um novo príncipe a ofender os novos súditos com a sua tropa e através das contínuas ofensas que uma recente conquista provoca.

Deste modo. teus inimigos são todos os que se julgam ofendidos com o fato de estares ocupando o principado; e do mesmo modo não podes ter por amigos os que ali te colocaram, porque estes não podem ser satisfeitos como desejavam. Não poderás usar de remédios violentos contra eles, comprometido como estás com eles, pois ainda que fortíssimo sejas nos exércitos, precisas das boas graças dos habitantes para entrar numa província. Por esse motivo, Luís XII, Rei de França, ocupou Milão com rapidez e com maior rapidez a perdeu. sendo bastante para tanto as forças de Ludovico Sforza. porque a população que abrira as portas ao Rei de França, recuperando-se do seu erro quanto ao bem que aguardava daquele príncipe, não o pôde tolerar. É bem certo que, sendo conquistados pela vez segunda, mais dificultosamente se perdem os países revoltados; o príncipe, usando por pretexto a rebelião,. hesita menos em garantir a punição dos revoltosos. elucidar as suspeitas, prover à sua própria insegurança. Deste modo, para que a França perdesse Milão, da primeira vez bastou que o duque Ludovico ameaçasse as fronteiras, porém da segunda vez preciso foi que toda a gente se declarasse inimiga e que os exércitos franceses fossem destroçados ou expulsos da Itália. Provém isso das sobreditas razões. Entretanto, foi-lhe tomada primeira e segunda vez. As razões gerais da vez primeira estão ditas; resta falar sobre as da segunda, e constatar que remédio deverá a França empregar para melhor conservar a conquista.

Estes Estados, conquistados e acrescentados a um Estado antigo, sendo na mesma província e de idêntica língua, facilmente são sujeitados, sobretudo se não têm o costume de viverem livres. É suficiente, para assegurar-se a posse desses Estados, fazer extinguir-se a linhagem do príncipe que o dominava, pois conservando nas demais coisas a situação anterior, e não havendo diferenças nos costumes, os homens vivem tranqüilos. Foi o que se viu na França no caso da Borgonha, Bretanha, Gasconha e Normandia e, mesmo havendo qualquer dessemelhança na língua, os costumes são semelhantes, de modo que estes Estados podem

viver juntos muito facilmente. O conquistador, para conservá-los, deve ter em mira duas regras: primeira, extinguir a linhagem do antigo príncipe; segunda, não modificar leis e impostos. Desse modo, em prazo brevíssimo, estará feita a união ao antigo Estado.

Quando se conquista, porém, província de língua, costumes e legislação diferentes, principiam então as dificuldades, fazendo-se necessário uma grande habilidade e boa fortuna para mantê-la. Um dos modos mais eficazes é o príncipe ir habitá-la. Estando

presente. vêem-se eclodir as desordens, e pode-se prestamente remediá-las; no caso contrário, só se terá delas notícia quando nenhum remédio mais valer. Acresce que a província conquistada não será espólio de lugares-tenente. Os súditos ficarão contentes com o mais fácil recurso ao príncipe; daí, terão maiores motivos para amá-lo, se for o caso, ou de temê-lo. Os ataques de fora serão mais difíceis e o príncipe só a muito custo perderá tal província.

Outro remédio eficiente é organizar colônias, em alguns lugares, as quais virão a ser como grilhões impostos à província, porque isto é necessário que se faça ou deve-se lá ter muita força de armas. Não é muito que se gasta com as colônias, e sem despesa excessiva podem ser organizadas e mantidas. Os únicos que terão prejuízos com elas serão de quem se tomam os campos e as moradias para se darem aos novos habitantes. Entretanto, os prejudicados serão a minoria da população do Estado, e dispersos e reduzidos à penúria, nenhum dano trarão ao príncipe, e os que não foram prejudicados terão por isso que se aquietarem, temerosos de que o mesmo lhes suceda. Enfim, julgo que essas colônias não são dispendiosas e são fiéis; causam menos ofensas e os mesmos ofendidos não podem prejudicar o príncipe, como acima se disse. Note-se que os homens devem ser mimados ou destruídos, pois podem vingar-se de ofensas leves, porém não o podem das graves. Deste modo, a ofensa que se faça deve ser tal, que não se precise temer a vingança.

Contudo, mantendo-se, em lugar de colônias. força de armas, gasta-se mais, e nela preciso é que se gaste toda a receita da província. A conquista vem a ser, assim. perda “e agrava muito mais, porque prejudica todo o Estado com as trocas de alojamento das tropas. estes prejuízos são por todos sentidos. e todos finalmente se tornam inimigos maléficos, mesmo batidos na própria casa. Por todos os motivos, portanto, é inútil manter força armada, em vez de manter colônias.

Do mesmo modo, em província diferente em língua, costumes e leis, arrogue-se o príncipe em chefe e defensor dos mais fracos e procure enfraquecer os poderosos da própria província, além de se precaver contra a entrada de algum estrangeiro tão poderoso quanto ele. Pois sucederá sempre que os moradores da província, tocados por ambição ou temor, chamem poderosos estrangeiros. Foi assim que os Etólios chamaram à Grécia os Romanos, que foram sempre solicitados pelos naturais das províncias conquistadas.

E a ordem dos fatos é que, chegando um poderoso estrangeiro a uma província, todos aqueles que se encontram enfraquecidos lhe dêem apoio. levados pela inveja do que os assenhoreia. Por esta mesma razão. nada custa alcançar-lhes o apoio: e de boa mente depois farão bloco com o Estado conquistado. Há o perigo de ficarem demasiado fortes e com excessiva autoridade; com facilidade então seriam árbitros da província, subjugando os poderosos com as forças mesmas do conquistador. Aquele que não se regular bem, a este respeito, muito depressa perderá sua conquista e enquanto não a perde sofrerá contínuas dificuldades e dissabores.

Os Romanos, nas províncias conquistadas, observaram boa política a tal respeito. Organizaram colônias, sustentaram os menos poderosos sem aumentar-lhes as forças, subjugaram os mais poderosos. e não permitiram que os estrangeiros mais dotados tomassem força. Seja-me exemplo à província da Grécia. Roma fomentou os Aqueus e os Etólios. submeteu o reino dos Macedônios, expulsou Antíoco. Contudo, nem os méritos dos primeiros e dos segundos serviram-lhes para aumentarem os seus domínios; do mesmo modo Filipe não convenceu aos romanos de que deviam ser amigos, 'nem deixaram a Antíoco domínio algum. Porque os Romanos, em casos tais, fizeram aquilo que deve fazer todo príncipe prudente: não

apenas prover o presente, mas prever casos futuros e preveni-los com máxima perícia, de modo que seja possível facilmente levar-lhes remédio e não permitir que se delineiem os acontecimentos, porque assim o remédio não chega a tempo, fazendo-se a doença incurável. Da tísica, os. médicos afirmam, no princípio cura-se com facilidade e com dificuldades se conhece, mas correndo o tempo, não tendo sido reconhecida e medicada, fácil é conhecê-la e difícil curá-la. Acontece o mesmo às coisas do Estado: conhecendo-se com antecedência os males, o que somente aos homens de prudência é concedido, rapidamente se curam; mas quando, tendo sido ignorados, foram deixados em aumento, a ponto de que todos os conhecem, não mais haverá corretivo aos males.

Os Romanos, prevenindo as perturbações, sempre lhes deram remédio e nunca lhes permitiram seguir seu curso, para evitar guerras, pois conheciam que a guerra é inevitável, mas sendo protelada redunda sempre em proveito de outros. Deste modo, moveram guerra a Filipe e Antíoco, na Grécia, para não vir a fazê-la na Itália; podiam evitá-la, mas não o quiseram. Não lhes sabia bem fiar-se do tempo para resolver os problemas, como aos sábios da época atual, mas apenas prezaram a sua própria virtude e prudência, porque o tempo arrasta consigo todas as coisas, e pode transmudar o bem em mal e o mal em bem.

Tornemos, porém, à França e observemos de que modo procedeu ela em situações idênticas. Falarei de Luís [2]e não de Carlos [3] porque aquele manteve por mais tempo domínios na Itália e melhor se pôde observar a medida. dos seus progressos. Vereis que ele procedeu de modo contrário ao que se deve fazer para manter a conquista de um Estado diferente. O rei Luís veio à Itália pela ambição dos Venezianos que desejaram, assim, ganhar o Estado da Lombardia. Não desejo fazer censura ao partido que o Rei tomou. Quando se firmou na Itália, e não tendo amigos na província, mas pelo contrário, dado os antecedentes do Rei Carlos, tendo-lhe sido' trancadas todas as portas, viu-se forçado a ter as amizades que podia. E bem sucedido teria sido na decisão que tomou, não tivesse em outros arranjos praticado algum erro. Conquistada assim a Lombardia, recuperou o Rei a reputação perdida de Carlos; Gênova cedeu, tornaram-se seus amigos os Florentinos, o marquês de Mantua, o duque de Ferrara, Bentivoglio, a senhora de Forli, o senhor de Faenza, de Pescaro, de Rimini, de Camerino, de Piombino, os Luqueses, os Pisões e Sieneses, todos foram ao encontro da sua amizade. Puderam, então, os de Veneza considerar a temeridade de sua decisão, pois para conseguir dois pedaços de terra, na Lombardia, tornaram o rei senhor de dois terços da Itália. Deduza-se, pois, quão fácil era ao rei conservar na Itália a sua reputação, se, observadas as regras referidas, tivesse garantido a defesa de todos aqueles seus amigos, que, sendo numerosos, precisavam todos estar com ele. Por intermédio de tais aliados, o rei Luís com facilidade garantir-se-ia contra aqueles que se mantiveram fortes.

Mas assim que se teve em Milão, procedeu exatamente do modo contrário, auxiliando o Papa Alexandre a ocupar a Romanha Nem cogitou que, assim procedendo, a si mesmo se enfraquecia, pois afastava dele os amigos e os que se lhe tinham afeiçoado, e fortificava a Igreja, acrescentando ao poder espiritual, que tanta autoridade lhe confere, uma soma tão grande de poder temporal. Feito o primeiro erro, foi obrigado a seguir cometendo outros, a ponto de, para pôr cobro à ambição de Alexandre, e para evitar que este se tornasse senhor da Toscana, ser constrangido a vir em pessoa à Itália: Não lhe foi suficiente tornar a Igreja forte e perder os próprios amigos; desejando o reino de Nápoles, dividiu-o com o Rei da Espanha[4] (4). E de árbitro da Itália, que antes era, para aí levou um sócio ao qual recorressem os descontentes e ambiciosos contra ele próprio. E, em lugar de deixar naquele reino um rei que a ele se sujeitasse, tirou-o para colocar um que podia vir a expulsá-lo.

O desejo de conquista é coisa realmente natural e comum e os homens que podem

---

[2] Luis XII, chamado o Pai do Povo, era bisneto de Carlos V, e reinou na França. de 1498 a 1515; começou as guerras da Itália reivindicando o ducado de Milão como neto que era de Valentina Visconti.

3 Carlos VIII reinou na França de 1483 a 1498; conquistou o reino de Nápoles, mas viu-se obrigado a retirar, devido à revolta de toda a Itália.

[4] Fernando, o CatólIco, rei de Aragão e de Castela de 1474 a 1516; casou com Isabel de Castela, unificando assim quase toda a Península, destruiu o domínio dos Mouros, instituiu a inquisição e lutou contra Luis XII na primeira parte das guerras da Itália.

satisfazê-lo serão louvados sempre e nunca recriminados. Mas não o podendo, e querendo fazê-lo de qualquer modo, aí estão em erro, e merecem censura. Tivesse a França força para assaltar Nápoles, fizesse-o; não o podendo, não devia dividi-Ia. E se a divisão feita da Lombardia com os Venezianos alcançou desculpa, pois por ela pôde firmar-se na Itália, a de Nápoles merece recriminação, porque não tem a desculpa da necessidade.

O Rei Luís cometera cinco erros: abatera os menos poderosos, aumentara o poder de um poderoso na Itália, trouxera um estrangeiro poderosíssimo, não viera habitar na Itália nem mandara colônias 'para aí. Tais erros, em vida sua, não o teriam prejudicado, não fora o caso de que cometesse o sexto - o apoderar-se de territórios dos Venezianos, pois, ainda que não tivesse fortificado a Igreja e intrometido a Espanha nas coisas da Itália, razoável fora razoável fora diminuí-los. :rendo. porém. tomado tais. decisões. não devia consentir o rei na ruína deles. pois conservavam distanciados os que pretendiam apossar-se da Lombardia. E isso. porque. Enquanto tivessem a Veneziana força. não permitiriam que outros, senão eles mesmos, tivessem o controle da província e os outros não desejariam tirá-la da França para entregá-la aos Venezianos. E dissesse alguém: o rei Luís cedeu a Romanha a Alexandre e um reino para a Espanha, procurando impedir uma guerra - replico que não se deve consentir em um mal para se evitar a guerra. pois que não se evita a esta e apenas se adia. para desvantagem própria. Se outros. alegassem a palavra que o rei empenhou ao Papa de fazer aquela conquista em troca da dissolução de seu casamento e do chapéu de cardeal ao arcebispo de Ruão. mais adiante respondo como. em meu entender, deve ser guardada a palavra dos príncipes. Deste modo, portanto, perdeu o rei Luís a Lombardia pela não observância de nenhum dos princípios seguidos pelos outros que conquistaram províncias e as mantiveram. Não se trata de milagre, porém em Nantes, ao arcebispo de Ruão, quando Valentino - nome popular de César Bórgia, filho do Papa Alexandre ocupava a Romanha, tendo-me ele dito que os italianos não entendiam de guerra, expliquei-lhe que os franceses não entendiam do Estado, pois se dele compreendessem não consentiriam à Igreja tamanha grandeza. E viu-se por experiência que a grandeza na Itália da Igreja e da Espanha foi trabalho da França. E a ruína desta ambas a causaram. Tira-se daí a regra geral, que jamais ou muito raramente falha: quando um é causa do poder de outro, arruína-se, pois aquele poder origina-se da astúcia ou da força, e qualquer destas se torna sus peita ao novo poderoso

CAPITULO IV

RAZÃO POR QUE O REINO DE DARIO, OCUPADO POR ALEXANDRE, NÃO SE REVOLTOU CONTRA OS SUCESSORES DESTE

Considerados os óbices com os quais se deve contar para manter um Estado recém-conquístado, causaria espanto o fato de que, tendo Alexandre Magno conseguido, em poucos anos, assenhorear-se da Ásia, e morrido logo em seguida à conquista daqueles Estados, não se tenham estes revoltados como seria razoável. Os sucessores de Alexandre, entretanto, mantiveram-se e outros impedimentos para isso não tiveram senão o que surgiu entre eles da ambição própria. Retrucarei que os principados, cuja memória conservamos, de dois modos se governam, e diversos: ou por príncipe auxiliado de ministros que no governo são apenas servos que o exercem somente por graça e concessão do senhor; ou por um príncipe e barões, os quais, não por favor daquele, mas por tradição de sangue, possuem essa qualidade.

Tais barões têm domínio e súditos próprios, que os reconhecem como senhores e dedicam-lhes naturais afetos. Nos Estados governados por um príncipe e seus servidores, o senhor possuí maior autoridade, visto como em toda a sua província nenhum há que seja tido como superior a ele. E obedecendo a outrem o farão obrigados do cargo que exerce e não lhe tem a menor afeição.

Destes dois tipos de governos temos os exemplos em nossos tempos - o Grão-Turco e o reino de França. O governo turco, exerce-o um senhor que, tendo dividido o seu reino em

sandjaks, tem servidores que muda e desloca como melhor lhe aprazo O rei de França está metido em meio de uma porção de senhores cujo domínio se prende à tradição e que são, em seus distritos, reconhecidos e estimados por seus súditos. São poderosos e não pode o rei privá-los de suas regalias, sem correr ele próprio grave perigo. Quem analisa, portanto, estas duas situações, achará difícil conquistar o Estado turco. Contudo, uma vez vencedor, fácil lhe é conservá-lo. A razão da dificuldade em ocupá-lo está no fato de não ser possível ser chamado por príncipes daquele reino, nem esperar que seja a empresa facilitada com a revolta dos que o rodeiam. E isso em virtude dos motivos já referidos. É que todos sendo escravos, mais dificilmente se corrompem, e, quando viessem a ser corrompida, pouca vantagem se obteriam, desde que eles não poderiam arrastar a massa do povo, o que também se entende pelos motivos apontados. Conclui-se disto que quem se puser em marcha contra a Turquia deverá preocupar-se pelo fato de encontrá-la unida, sendo-lhe mais conveniente confiar nas forças próprias do que nas desordens dos outros. Mas, vencida e desbaratada na luta, de maneira a não lhe ser possível refazer os exércitos, não se precisaria preocupar-se senão com o sangue do príncipe. Extinto, não haveria a quem mais temer, pois os demais não têm o domínio sobre o povo. E do modo que, antes da vitória, não podia o vencedor esperar nada dele, depois da conquista não deve temê-lo.

O contrário sucede nos reinos que a França governa. É possível entrar com facilidade, pela aliança com algum barão do reino, pois existem sempre descontentes ou gente ansiosa por inovações. Esses elementos, pelas razões que já expusemos, poderiam abrir-te o caminho e facilitar-te a vitória naquele reino. Depois, contudo, para te conservares, aparecem inúmeras dificuldades que criam não apenas os que oprimistes, mas ainda os que inicialmente auxiliaram a tua empresa. Não basta extinguir o sangue do príncipe. Restam aqueles barões, senhores poderosos, que vêm a ser cabeça de novas rebeliões. E, não sendo possível contentá-los ou extinguí-los, perderás o Estado na primeira oportunidade que os favoreça.

Agora, considerando-se a natureza do governo de Dario, ter-se-á que é semelhante à do sultão da Turquia. Se foi necessário a Alexandre desbaratar o inimigo em bloco após a vitória, morto Dario, teve o Estado seguro, conforme as observações que anteriormente fiz. E os sucessores de Alexandre, tivessem eles se mantido unidos, poderiam desfrutar .ociosos aquele reino; não houve aí outras turbações senão aquelas que eles mesmos provocaram. No que respeita aos. Estados organizados como o da França, torna-se impossível conquistá-los com tanta facilidade. Desta forma se explicam as constantes rebeliões da Espanha, da França, e da Grécia quando conquistadas pelos Romanos. Havia numerosos principados, e enquanto a memória deles perdurou os Romanos nunca puderam ficar totalmente garantidos da posse; extinta, contudo; a lembrança daqueles principados, em vista do poder e duração do Império, surgiu à absoluta segurança dos dominadores. Conseguiram também os Romanos, nas lutas que mais tarde travaram entre si, arrastar parte daquelas províncias, conforme a autoridade que cada qual conseguira impor. E as províncias, pela razão muito singela de que se extinguira o sangue de seus antigos dominadores, reconheciam apenas os Otomanos. Consideradas, portanto, estas coisas todas, não haverá quem se espante da facilidade com que Alexandre consolidou sua vitórIa na Ásia, nem das dificuldades que outros tiveram em conservar os reinos conquistados, como sucedeu a Pirro. São contingências originadas, não do mérito do vencedor, porém das diferenças dos povos subjugados.

CAPÍTULO V

DO MODO DE MANTER CIDADES OU PRINCIPADOS QUE, ANTES DE OCUPADOS, SE GOVERNAVAM POR LEIS PRóPRIAS

Quando são conquistados Estados que se habituaram a governar-se por leis próprias e em liberdade, por três modos se pode conservar a posse: primeiro - arruiná-los; segundo - ir morar neles; terceiro - deixar que vivam com suas leis, arrecadando um tributo e criando um

governo de poucos, que se mantenham amigos nesse governo, tendo sido formado por alquile príncipe, sabe que não sobreviverá sem a sua amizade e poder, e, evidentemente, tudo fará para conservá-lo. Por meio de seus próprios cidadãos, com maior facilidade se conservará o governo de uma cidade acostumada. à liberdade, do que de outra qualquer maneira. Exemplifique-nos a história de Espartanos e Romanos. Os primeiros criaram em Atenas e Tebas governo oligárquico: - tornaram a perdê-las. Os Romanos, visando manter a posse de Cápua, Cartago e Numância, destruíram-nas. E não as perderam. Desejaram, contudo, governar a Grécia como os Espartanos, fazendo-a livre e conservando-lhe as leis. Não o puderam e viram-se obrigados a destruir-lhes muitas cidades para manterem-se no poder. É que, de fato, nenhuma garantia de posse é mais segura do que a ruína. Quem se faz senhor de uma cidade por tradição livre. e não a destrói, por ela se verá destruído. Estas cidades trazem sempre por bandeira, nas revoltas, a liberdade e suas antigas leis, que jamais esquecem, nem com o passar do tempo nem com a influência dos benefícios recebidos. Por muito que se faça, sejam quais forem às precauções tomadas, não sendo promovido o dissídio e a desagregação dos habitantes, não deixam eles de recordar alquiles princípios, e em qualquer oportunidade, em qualquer situação, recorrem aos mesmos, como o caso de Pisa, um século depois de estar suportando o jugo dos Florentinos. Entretanto, quando as cidades ou províncias habituaram-se a viver sob o domínio de um príncipe, destruída a sua geração - porque estão acostumados a obedecer e, faltando-lhes o príncipe antigo, não se lembrem de eleger entre eles mesmos, um novo - não sabem viver livres. Deste modo, são pouco habituados a tomar das armas e, em tais circunstâncias, mais facilmente se ganhará a estima do povo e assegurar-se-á sua fidelidade. Nas repúblicas há mais vida, o ódio é mais inflamado, maior é o anseio de vingança. Não deixam nem podem permitir que repouse a lembrança da' perdida liberdade.

Assim sendo, para manter-se uma república conquistada, o caminho mais aconselhado é destruí-Ia ou habitá-la pessoalmente.

CAPÍTULO VI

DOS PRINCIPADOS NOVOS QUE SÃO CONQUISTADOS PELAS ARMAS E COM NOBREZA

Não deve parecer estranho a quem quer que seja que eu cite longos exemplos. freqüentes vezes. a propósito dos príncipes e dos Estados. durante a exposição que faço dos principados absolutamente novos. Os homens percorrem quase sempre estradas já andadas. Um homem prudente deve portanto escolher os trilhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los; deste modo. ainda não sendo possível correr fielmente por esse caminho. nem atingir pela imitação inteiramente às virtudes dos grandes, sempre muita coisa é aproveitada. Deve agir como os seteiros prudentes que. desejando alcançar um ponto muito afastado. e sabendo a capacidade do arco. fazem a pontaria em altura superior à do ponto que visam. Não o fazem certamente para que a flecha alcance alquile ponto: servem-se da mira elevada somente para acertar com segurança o local mais abaixo.

Nos principados novos, regidos por príncipes novos. na luta pela conservação da posse. os obstáculos colocam-se na razão direta da capacidade de quem os conquistou. E dado que o fato de elevar-se alguém à qualidade de príncipe faz supor valor ou fortuna. certamente qualquer destas razões tem o condão de. mitigar muitos óbices. Entretanto. é rotineiro observar que muitos dos que foram menos afortunados maior espaço de tempo se mantiveram no poder. Muitas facilidades ainda decorrem do fato de ser o príncipe novo obrigado a habitar o Estado conquistado por não possuir outros domínios. E para exemplo daqueles que foram príncipes pelo seu valor e não por fortuna. cito como os maiores. Moisés. Ciro. Rômulo, Teseu. E ainda que Moisés não' devesse ser citado por constituir-se mero executor das ordens de' Deus. deve. entretanto. ser admirado apenas pela graça que o tornava digno de falar ao Criador. Consideremos, contudo, Ciro e outros que adquiriram e fundaram reinos. Acha-los-

eis a todos dignos de admiração. E levando-se em consideração os seus atos e ordens particulares. eles não discrepam daqueles de Moisés. que teve tão alto mestre. E examinando-lhes vida e ações, chega-se à conclusão de que eles não receberam da fortuna senão a ocasião de poder amoldar as coisas como melhor lhes aprouveram. Sem aquela ocasião, suas qualidades pessoais ter-se-iam apagadas e sem essas virtudes a ocasião ter-lhes-ia sido inútil. Portanto, era preciso a Moisés ter o povo de Israel no Egito, escravo e oprimido dos Egípcios, a fim de que, para se livrarem da escravidão estivessem propensos a segui-lo. Era conveniente que Rômulo não achasse refúgio em Alba e tivesse sido exposto ao nascer, para vir a tornar-se rei de Roma e fundador de uma pátria.

Necessário se tornou que Ciro topasse os Persas descontentes do império dos Medas e os Medas bastante efeminados e amolentados por longa paz. Teseu estaria impossibilitado de revelar suas virtudes se não encontrara os atenienses dispersos. Tais ocasiões, pois, fizeram felizes esses homens; e foram as virtudes próprias que deram a eles conhecimento dessas ocasiões. Graças a isso, honrou-se a sua pátria e tornou-se feliz.

Os que, pela virtude própria, do mesmo modo que estes se fazem príncipes, conquistam com dificuldade o principado, mas com facilidade se conservam. Os obstáculos que encontram na conquista do principado nascem, em parte. da nova ordem legal e costumes que são obrigados a introduzir para a criação de seu Estado e da sua própria segurança. Deve-se observar aqui que coisa mais difícil não há, nem de mais duvidoso êxito, nem mais perigosa, do que o estabelecimento de leis novas. O novo legislador terá como inimigos todos os que eram beneficiados pelas leis antigas e tímidos defensores naqueles que forem beneficiados pelo novo statu quo. Tal fraqueza decorre, em parte por medida dos adversários, em parte da incredulidade humana, que não crê na verdade das coisas novas senão após firme experiência. Advém disso que os adversários, quando têm oportunidade de atacar, fazem-no ardentemente como sectários, e os demais o defendem sem entusiasmo e periclita a defesa do príncipe.

É preciso. portanto, desejando expor de modo bastante claro esta parte, examinar se esses inovadores agem por conta própria, firmemente, ou dependem de outros, isto é. se para levar avante sua obra precisam rogar ou se, realmente. podem forçar. No caso primeiro, sempre serão mal sucedidos e nada conseguem. Quando, porém. não dependem de ninguém, contam apenas consigo mesmos e podem forçar, dificilmente deixam de conseguir êxito. Deste modo todos os profetas armados venceram e os desarmados conheceram fracasso. Pois, além do que ficou dito, a natureza dos povos varia, sendo fácil convencê-los de uma coisa, mas difícil firmá-los nessa convicção. É conveniente, portanto, providenciar para que, quando não mais acreditarem, possa fazê-los crer à força. Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam podido fazer seguir por muito tempo suas constituições se estivessem destituídos de armas. É o que, nos tempos atuais, sucedeu a Frei Girolamo Savonarela, que fracassou na sua tentativa de reforma quando o povo passou a não acreditar nele. E ele não possuía os meios de conservar firmes os que nele haviam acreditado, nem de conseguir que os incrédulos cressem. Pessoas em condições tais lutam com imensas dificuldades para conduzir-se, mantendo-se em seu caminho pela coragem. Vencidos os obstáculos, passam a serem venerados e, destruídos os que invejavam as suas qualidades, tornam-se poderosos. seguros, honrados, felizes. A exemplos tão elevados, desejo acrescentar outro menor, mas em relação com aqueles e será bastante para todos os semelhantes. Trata-se de Hierão de Siracusa. Fazendo-se príncipe de Siracusa, está entre aqueles que da fortuna não tiveram senão a ocasião. Os Siracusanos, estando oprimidos, elegeram a ele para seu capitão. Nesse cargo mereceu chegar a príncipe. E tanta virtude revelou, mesmo na vida privada, que dele ficou dito: quod nihil illi deerat ad regnandum praeter regnum[5].

Fez extinguir a antiga milícia, organizou nova, deixou as antigas amizades, fez outras, e porque tivesse amizades e soldados seus, pôde, sobre bases tais, construir as obras que desejou, tanto que muito esforço despendeu em conquistar, e pouco para se conservar.

---

[5] Que não lhe faltava para ser rei, senão um reino

CAPÍTULO VII

DOS PRINCIPADOS NOVOS QUE SÃO CONQUISTADOS COM ARMAS E COM VIRTUDES ALHEIAS

Aqueles que apenas por sorte se tornam príncipes, pouco esforço fazem para isso, é claro, mas conservam-se muito dificultosamente. Não têm óbice algum em alcançar a honra, porque estão voando para aí; aparece, porém, toda espécie de dificuldade após a chegada.. É o que só acontecerá quando o Estado for concedido ao príncipe, seja por dinheiro, seja por favor de quem o concede. Foi assim na Grécia, nas cidades da Iônia e do Helesponto, onde príncipes houve que Dario fez para manterem sua glória e segurança. É também do modo como se faziam àqueles imperadores que, simples cidadãos que eram, ascendiam ao trono pela corrupção das legiões. Estes príncipes acham-se na dependência exclusiva da vontade e boa fortuna de quem lhes propiciou o Estado, isto é, de duas coisas extremamente volúveis e instáveis. E não sabem ou não podem manter o principado; não sabem porque, se não são homens de elevado engenho e virtude, não é razoável que, vivendo sempre em condições diversas, saibam comandar; não podem, porque não possuem forças que lhes sejam amigas e dedicadas. Além do mais, os Estados surgidos de súbito, como as outras todas coisas da Natureza que muito depressa evoluem, não podem ter raízes, nem membros em proporção e, ao primeiro golpe do infortúnio, destroem-se; a não ser que aqueles príncipes, como ficou dito, saibam como estar preparados para conservar o que a fortuna lhes depositou no regaço, e firmem solidamente os alicerces fundados antes por outros.

Destes dois modos de se fazer príncipe - pelo valor ou pela sorte - quero aduzir dois exemplos modernos: Francesco Sforza e César Bórgia. Francesco, por meios apropriados, e por excelso valor, de simples particular: chegou a duque de Milão e pôde conservar com facilidade aquilo que conquistara a poder de duros trabalhos. Por outra parte, César Bórgia, apelidado pelo povo Duque Valentino, conquistou o Estado com a fortuna do pai e não tendo esta a perdeu, apesar de que tivesse tudo o que competia fazer um homem prudente e valoroso para criar raízes os Estados que as armas e a fortuna de outrem lhe ofereceram.

É que, como acima ficou dito, quem não firma antes os alicerces, poderá entregar-se depois a esse trabalho, se é possuidor de grande capacidade, se bem que com amolação para o arquiteto e perigo para o edifício. Considerando-se, então, todos os progressos do Duque, ver-se-á que ele traçou formidáveis alicerces para a sua futura potência. Não acredito seja ocioso discorrer a este respeito, porque eu não poderia desejar melhores normas para oferecer a um príncipe novo do que o exemplo das ações do Duque. E dado que não lhe tenha aproveitado o seu modo de proceder não foi sua culpa e sim por força de grandes reveses da fortuna. Alexandre VI achou sérios obstáculos imediatos e remotos para o engrandecimento do filho. Primeiro. não achava meio de torná-lo senhor de algum Estado que não pertencesse à Igreja e sabia que se procurasse apossar-se de um destes, o Duque de Milão e os Venezianos não lho consentiriam de vez que Faenza e Rimini estavam já sob a proteção dos Venezianos. Via, além do mais, as tropas da Itália e sobretudo aquelas de que podia ter-se servido, em mãos de quem devia temer a grandeza do Papa: e nelas não podia confiar, pertencendo todas aos Orsini e Colonna e a seus partidários. Fazia-se necessário, pois, perturbar aquela ordem e desorganizar os Estados destes para abrir a possibilidade de vir a apossar-se de um deles. Não lhe foi isto difícil, porque os Venezianos, levados por outros motivos se decidiram a facilitar o retorno dos Franceses à Itália a que não se opôs e até facilitou com a anulação do primeiro casamento do rei Luís. O rei penetrou, pois, na Itália com o apoio dos Venezianos e o consentimento de Alexandre. Assim que o rei chegou a Milão, o Papa teve tropa para a conquista da Romanha, conquista que se tornou fácil apenas com a fama do rei. Conquistando o Duque a Romanha e batendo os Colonna, desejando conservar aquela e prosseguir, topava dois impedimentos: um, as suas tropas que não lhe confiava serem fiéis, e o outro, a vontade

da França. Estava o Duque temeroso de que lhe faltassem as forças de Orsini, as quais usara, e não só obstasse a sua conquista e até lhe tirassem a terra já conquistada e, além do mais, que o rei não lhe fizesse coisa idêntica. Quanto aos Orsini, as suas suspeitas se viram confirmadas quando, depois de sua entrada em Faenza, assaltou Bolonha, e pôde perceber sua frieza nesse assalto. Com relação às intenções do rei, soube-as quando, tendo conquistado o ducado de Urbino, assaltou a Toscana; o rei fê-Ia desistir dessa empreitada. Portanto, o Duque decidiu não ficar na dependência das armas e sorte de outrem. E a primeira medida que tomou foi enfraquecer as facções dos Orsini e Colonna em Roma. De todos os partidários destes, que fossem gentis-homens, procurou o apoio. Fazendo os gentis-homens seus e lhes propiciando grandes pensões em dinheiro e honrou-as, de acordo com as suas qualidades, com posições de comando e de governo, de maneira que, em alguns meses a afeição que tinham pelos partidos desapareceu totalmente, indo toda para o Duque. Depois, aguardou a oportunidade de exterminar os chefes dos Orsini, estando já disseminados os da casa de Colonna. Tal ocasião não demorou a apresentar-se e o Duque soube bem como se aproveitar dela. Efetivamente, os Orsini percebendo demasiado tarde que o poder do Duque e o da Igreja provocariam a sua ruína, realizaram conselho em Maggione. no Perugino. Daí provieram a rebelião de Urbino e os tumultos da Romanha, com muitos perigos para o Duque que a todos venceu com o auxílio dos franceses. Tendo recuperado assim a sua reputação, e não confiando mais na França nem nos outros agentes externos, para não vir a aumentar-lhe as forças, recorreu à astúcia. E com tanto êxito dissimulou suas intenções que os Orsini reconciliaram-se com ele por meio do signor Pagolo. Para melhor garantir-se deste não esqueceu o Duque nenhuma prova de amizade, fornecendo-lhe dinheiro, roupas e cavalos; tão perfeito tudo que a ingenuidade dos Orsini levou-os a Sinigaglia, à disposição do Duque. Exterminados pois estes chefes e reduzidos os seus partidários a amigos do Duque, conseguira este ótimos alicerces para o seu poder, conquistando inteiramente a Romanha com o ducado de Urbino, parecendo-lhe além do mais ter adquirido a amizade da Romanha e todos aqueles povos, que principiavam a desfrutar de prosperidade.

Como esta parte da atividade do Duque é digna de registro e de imitação, não desejo calar-me a este respeito. Assim que tomou posse da Romanha, encontrando-a em geral retida a fracos senhores que antes espoliavam do que regiam os seus súditos, trazendo-lhes somente motivos para desunião (a ponto de que aquela província estava cheia de latrocínios, revoltas e de toda espécie de violências), julgou o Duque ser preciso, para fazê-la pacífica e obediente do braço régio, dar-lhe bom governo. E ali pôs, então, Ramiro de Orco, homem cruel e diligente, ao qual delegou plenos poderes. Este, em breve espaço de tempo, fez da Romanha terra pacífica e unida, tendo ele próprio alcançado grande nomeada. O Duque acreditou depois não ser já necessária tanta autoridade, temeroso de que se tornasse odiosa. E constituiu um juízo civil no centro da província, com um presidente ilustre e estimado, e no qual cada cidade estava representada. Conhecendo que os passados rigores haviam atraído o ódio contra ele mesmo, para extingui-las do espírito daqueles povos e conquistá-los a todos, em definitivo, em tudo desejou deixar bem claro que, se crueldades tinham sido cometidas, não eram derivadas dele e sim da dureza de ânimo do ministro. E, em vista disso, achando ocasião propícia, mandou exibi-lo certa manhã em Cesena, em praça pública, cortado em duas partes, tendo ao lado um pedaço de pau e uma faca ensangüentada. A ferocidade desse espetáculo fez com que o povo ficasse ao mesmo tempo satisfeito e chocado.

Tornemos, entretanto ao ponto de partida. Achando-se o Duque bastante poderoso e livre, em parte, de perigos presentes, por as suas tropas já terem destruído a maior parte das forças vizinhas que poderiam incomodá-la, restava-lhe, desejoso que estava de continuar suas conquistas, o medo ao rei da França. Sabia que seus avanços não seriam tolerados pelo rei, o qual percebera tarde o erro cometido. Principiou, pois, a procurar amizades novas e a discutir com a França, na incursão que os franceses fizeram sobre o reino de Nápoles contra os espanhóis que sitiavam Gaeta. Desejava estar seguro contra a França, o que fácil lhe seria se Alexandre vivesse. Esta foi a sua política quanto às coisas presentes. Com relação, porém, ao

futuro, tinha a temer, em primeiro lugar, que o novo Papa se lhe declarasse hostil e tentasse retirar-lhe o que Alexandre lhe dera. Cogitou de agir à quatro modos: primeiro - extinguir a linhagem de todos aqueles senhores que ele despojara, para evitar que se levantassem apelos de intervenção do papa; segundo - aliciar todos os gentis-homens de Roma, como se disse, para, com seu auxílio, poder frente ao papa; terceiro - aumentar o mais que pudesse a própria influência no Sacro Colégio; quarto - conquistar a maior soma de poder antes que morresse o Papa, para resistir por si mesmo a um primeiro ataque.

Destas quatro cogitações, três já realizara, por época da morte de Alexandre. A quarta estava por terminar. Dos poderosos espoliados matou todos os que pôde alcançar e pouquíssimos foram os que puderam se salvar; conseguira o apoio dos gentis-homens romanos, e, no Sacro Colégio, formara grande partido. Quanto à nova conquista, resolvera tornar-se senhor da Toscana e já possuía Perugia e Piombino e tomara a si a proteção de Pisa. E assim que não mais o preocupasse o temor da França (por já estarem expulsos os franceses do reino de Nápoles pelos espanhóis, de modo que ambos deveriam procurar a sua amizade), o Duque cairia sobre Pisa. Após isso, cederiam prontamente Luca e Siena, parte leva dos pelo ódio ao Florentinos, parte pelo medi. Os Florentinos, então, não teriam nenhuma saída. Se tudo isso tivesse alcançado (o que aconteceria no ano mesmo em que faleceu Alexandre), o Duque alcançaria tanta força e reputação que por si mesmo poderia manter-se sem jamais depender da força e sorte de outros e apenas da própria força e capacidade. Alexandre, porém, faleceu cinco anos depois que César desembainhara a espada. Deixou-o somente com o Estado da Romanha consolidado, e todos os demais no ar, sofrendo a pressão de dois poderosíssimos exércitos inimigos, e doente de morte. No Duque, porém, eram tão grandes a energia e o valor, conhecendo ele perfeitamente que os homens se conquistam ou se destroem, e tão firmes eram as bases construídas para o seu poderio - que, não existisse a pressão daqueles exércitos, ou estivesse ele são, teria arrostado qualquer obstáculo. De que eram bons os alicerces que firmava, teve as provas: a Romanha esperou-o fielmente mais de um mês; em Roma, não obstante meio morto, esteve a salvo; e ainda que os Baglioni, os Vitelli e os Orsini para lá tivessem acorrido não puderam organizar partido contra ele; e não podendo fazer eleger-se papa um partidário seu, pôde ao menos obstar que o fosse um inimigo. Não estivesse doente quando morreu Alexandre, tudo lhe correria fácil. Disse-me ele, por ocasião da eleição do papa Júlio II, que cogitara sobre tudo o que ocorreria com a morte do pai e para tudo achara remédio. Apenas não previra que ele próprio estivesse para morrer, nessa ocasião.

Nas ações do Duque, dentre as quais escolhi as que descrevi acima, não acho razão para censura; quer-me parecer, ao contrário, que deva ele ser proposto como exemplo a todos os que por sorte e com as armas alheias subirem ao poder. Pois, sendo de espírito forte e de grande ambição, não podia governar de modo diverso. Aos seus fins apenas se opuseram a brevidade da vida de Alexandre e a sua própria enfermidade. Portanto, se crês necessário, num principado novo, prover-te contra os inimigos, fazer amigos, vencer quer pela força, quer pela astúcia, fazer-te amado e temido pelo povo, ser seguido e ganhar o respeito dos soldados, extinguir os que podem ou devem ofender, renovar as instituições antigas por leis novas, ser severo e agradecido, magnânimo e liberal, extinguir a soldadesca infiel, formar nova, consolidar amizades dos reis e dos príncipes, de maneira a serem-te solícitos no benefício e temerosos de ofender-te, torno a repetir que exemplos melhores não encontrarás do que nos atos do Duque. Pode-se acusá-lo apenas quanto à criação de Júlio papa, escolha má, pois como ficou dito, não podendo eleger papa a quem desejava, podia evitar que o fosse quem não quisesse. Jamais deveria ele consentir no papado de um dos cardeais a quem tivesse ofendido ou que, tornado papa, tivesse de temê-lo. Porque os homens ofendem ou por medo ou por ódio. Aqueles aos quais ele ofendera eram, entre outros, os cardeais de San Pedro ad Vincula, Colunna. San Giorgio, Ascânio. Todos os demais. se viessem a ser papas. tinham motivo para temê-lo, menos o de Ruão e os espanhóis; estes por força de aliança e obrigação. aquele pela força ao rei de França. O Duque devia, pois trabalhar para a eleição de um Papa espanhol; não o conseguindo, devia consentir que o Papa fosse o cardeal de Ruão e nunca o

de S. Pietro ad Vincula. Erra quem julgar que nas grandes personagens os benefícios novos levam ao esquecimento de antigas injúrias. O Duque, portanto errou, nessa eleição, ele mesmo causou a sua definitiva ruína.

CAPÍTULO VIII

DOS QUE CHEGARAM AO PRINCIPADO PELO CRIME

Dois são os modos de se tornar príncipe, e que não podem ser atribuídos inteiramente à fortuna ou ao valor. Não me parece bem, pois, calar estes casos, ainda que deles se pudesse falar mais longamente onde se trata das repúblicas, destes modos são: atingir o principado pela maldade. por caminhos celerados, contrário a todas as leis humanas e divinas; e tornar-se príncipe pelo favor de seus conterrâneos. Para fazermos referência ao primeiro destes modos, citarei dois exemplos, um antigo, outro moderno, sem adentrar, porém, o mérito desta parte, pois julgo que seria bastante a alguém imitá-los se estivesse em condição de pudê-lo fazer.

Agátocles Siciliano chegou a rei de Siracusa, sendo não apenas de impura mas ainda de condição abjeta. Filho de oleiro, viveu sempre criminosamente em sua mocidade. Acompanhava suas maldades de tanto vigor de espírito e de corpo que, incorporando-se à milícia, chegou a pretor de Siracusa, por virtude de sua maldade. Neste posto, cogitou chegar a príncipe e manter pela violência e sem obséquio de outros, aquele poder que lhe concedera o acordo de todos.

A respeito deste seu propósito, entendeu-se com Amílcar, cartaginês, cujos exércitos estavam na Sicilia e, certa manhã, fez reunir o povo e o Senado de Siracusa, como se fosse proceder a consulta sobre negócios públicos. E a um sinal combinado, fez com que seus soldados exterminassem todos os senadores e os homens mais ricos da cidade. Mortos estes, apoderou-se do governo daquela cidade e conservou-o sem sofrer qualquer hostilidade da parte dos cidadãos. E não obstante terem os Cartagineses rompido com ele duas vezes e, finalmente, cercado a cidade, pôde, não apenas defendê-la como também deixando parte de sua gente para garanti-lo contra os inimigos, com a outra parte assaltar a África; em pouco tempo livrou Siracusa do cerco e reduziu os Cartagineses à condição miserável. Esses foram obrigados a fazer acordo com Agátocles, deixando-lhe a Sicília e contentado-se com a posse da África. Consideradas. Portanto, suas ações e méritos. não se achará coisa, ou muito pouca talvez que possa ser atribuída à fortuna. Como ficou dito acima, não por favor de quem quer que fosse, mas subindo todos os postos conquistados na milícia através de muitos dissabores e perigos, é que pôde alcançar o principado que depois sustentou. à custa de tantas resoluções audazes e cheias de perigo.

Não se podendo considerar ação meritória a matança de seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé, não possuir nem religião nem piedade, ainda assim pode-se com isso conquistar o mando, nunca a glória. Considerada, porém a habilidade de Agátocles em entrar e sair dos perigos, e sua fortaleza de espírito no suportar e superar as coisas contrárias, não há nada que possa levar a julgá-lo inferior a qualquer dos mais ilustres capitães. Entretanto, a sua bárbara crueldade e falta de humanidade, e os seus vários crimes, não permitem que seja celebrado entre os mais ilustres homens da história. Não se pode, portanto, atribuir à. fortuna ou valor aquilo que ele alcançou sem uma nem outra.

Em nossa época, sob o reinado de Alexandre VI, Oliverotto da Fermo, que alguns anos antes ficara órfão, fora criado por um tio materno, chamado Giovanni Fogliani. Nos primeiros tempos de sua mocidade, dedicou-se à vida militar, sob a direção de Paolo Vitelli, para que, acostumado àquela disciplina, lograsse algum posto na milícia. Morrendo Paolo, esteve sob o comando de Vitellozzo, seu irmão. E em breve tempo, como era engenhoso, forte e destemido, tornou-se o primeiro homem de sua corporação. Pareceu-lhe, contudo, coisa abjeta continuar servindo com os outros, e ajudado por alguns cidadãos de Fermo, que deram

preferência à servidão a liberdade de sua pátria. e auxiliado por Vitellozzo, desejou ocupar aquela cidade. E escreveu a Giovanni Fogliani dizendo que, tendo estado muitos anos fora de casa, queria ir visitá-lo e à sua cidade para conhecer o seu patrimônio; e como não trabalhara com outro desígnio senão para adquirir honras, a fim de que seus concidadãos reconhecessem que não gastara o tempo em vão, desejava apresentar-se em grande pompa e acompanhado de cem cavaleiros seus amigos e servidores. Pedia ao tio que se servisse de mandar aos cidadãos de Fermo que o acolhessem com homenagens; isso constituiria uma honra para o tio que o educara.

Giovanni não deixou de atender no mínimo detalhe ao seu sobrinho. Fez com que o recebessem com grandes festas, alojou-o assim como à sua comitiva em sua própria casa. Decorridos alguns dias, tudo estando preparado para que ordenasse o que convinha à sua futura perfídia. organizou um soleníssimo banquete, para o qual convidou Giovanni Fogliani e os demais homens de destaque da cidade de Fermo. Findo o banquete e os divertimentos costumeiros, Oliverotto de propósito, iniciou uma conversa a respeito de assuntos graves, da grandeza do Papa Alexandre e de César, seu filho, assim como de suas empresas.

Tendo Giovanni e os outros externado também considerações a tal respeito, em um momento azado, ele levantou-se dizendo que aquilo era assunto para se discutir em local mais reservado. dirigindo-se então para um aposento ao lado. Todos o seguiram. Assim que se assentaram, saíram dos esconderijos soldados que assassinaram Giovanni e os outros. Depois desse homicídio coletivo, Oliverotto montou a cavalo e percorreu a cidade, cercou o supremo magistrado em seu palácio. Cheios de temor, viram-se obrigados a obedecê-lo e a formar um governo de que ele era o chefe. E, assassinados todos os descontentes que poderiam estorvá-lo, fez-se forte por novas leis civis e militares, de modo que, durante o ano em governou a província, não apenas conseguira assegurar-se da cidade de Fermo, porém ainda tornar-se temido de todos os seus vizinhos. E difícil seria tomar-lhe a cidade, como sucedeu a Agátocles, se não tivesse sido enganado por César Bórgia. quando este, em Sinigaglia, como antes ficou dito, aprisionou os Orsini e os Vitelli. Deste modo, um ano após ter cometido o parricídio. foi estrangulado juntamente com Vitelozzo, mestre de suas virtudes e ignomínias.

Causaria surpresa a alguém o fato de que Agátocles e outros tais, após tantas traições e crueldades, vivessem tranqüilamente e a salvo em sua pátria, defendendo-se dos inimigos externos e de que os cidadãos não conspirassem contra eles - levando-se em conta tanto mais que muitos outros não puderam, por sua crueldade, manter o mando, nem em tempos de paz, nem em tempos duvidosos de guerra. Creio seja isto conseqüência de as crueldades serem mal ou bem praticadas. Bem utilizadas podem ser chamadas aquelas (se bem se pode dizer do mal) feitas de uma vez só, pela necessidade de prover sua própria segurança, e depois são relegadas à margem, tornando-se o mais possível em vantagem para os súditos. Mal utilizadas são as que, se bem sejam a princípio poucas, não se extinguem ~as crescem com o tempo. Aqueles que seguem a primeira destas linhas de conduta, podem, com auxílio de Deus e dos homens, achar remédio às suas conseqüências, como sucedeu a Agátocles. Aos outros é impossível manter-se. Deve-se notar aqui, que, ao apoderar-se de um Estado, o conquistador tem de determinar as ofensas, que precisa executar, e fazê-las todas de uma vez para não ter que repeti-las todos os dias. Assim, poderá incutir confiança nos homens e conquistar-lhes o apoio com benefícios. Quem procede de outro modo, por timidez ou por força de conselhos maus, precisa sempre estar com a faca na mão e jamais poderá confiar em seus súditos, pois estes, de seu turno, não podem fiar-se nele, devido a suas recentes e contínuas ofensas. As ofensas devem-se fazer todas de uma vez, a fim de que, tomando-se-lhes menos o gosto ofendam menos. E os benefícios precisam ser realizados pouco a pouco, para serem mais bem saboreados. Principalmente, um príncipe deve viver com seus súditos de maneira a que nenhum acidente, bom ou mau, o faça variar, pois vindo com os tempos difíceis, as adversidades, não sobrará tempo a ti de fazer o mal; e o bem que fazes não poderá beneficiar-te. pois é considerado forçado, e ninguém agradecerá a sua prática.

CAPÍTULO IX

DO PRINCIPADO CIVIL

Considerando. porém. outro caso, quando um cidadão, não pelas suas crueldades ou qualquer outra intolerável violência. e sim pelo favor dos concidadãos se torna príncipe de sua pátria - o que se chamará principado civil (e para a isso culminar não se faz necessário grande mérito nem muita fortuna, mas de preferência uma astúcia bem combinada), afirmo que tal principado se chega pelo favor do povo ou pela graça dos poderosos. Dá-se que em todas as cidades se acham estas duas tendências diversas e isto provém do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes e estes querem governar e oprimir o povo. Destes dois diferentes apetites nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade, desordem.

Um principado estabelecem-no o povo ou os grandes, conforme a ocasião que uma destas partes tiver; notando os grandes que não podem resistir ao povo, iniciam a criar a reputação de um de seus elementos e o tornam príncipe, para poder à sua sombra, satisfazer os seus apetites. O povo, do mesmo modo, vendo que não resistirá aos grandes, dá reputação a um cidadão e o elege príncipe para defender-se sob sua autoridade. O que sobe ao principado auxiliado pelos grandes, mantém-se com maiores dificuldades do que o que se elege pelo povo; acha-se aquele que tem muita gente ao redor que lhe parece igual a ele e por isso não pode comandá-la nem manejar como quiser. Contudo aquele que alcança o principado pelo favor do povo, acha-se só e ao seu redor, ou não tem ninguém ou alguns poucos que não estão aptos a obedecê-lo. Além do mais, não se conseguem honestamente contentar os grandes sem ofender os outros, porém o povo pode ser satisfeito. Porque o desideratum do povo é mais honesto do que o dos grandes; estes desejam oprimir e aquele não quer ser oprimido. Contra a hostilidade popular, não pode o príncipe jamais estar seguro, pois são muitos; com relação aos grandes, pode, porque são poucos. O pior que um príncipe pode esperar do povo hostil é que ele o abandone. Da inimizade dos grandes, porém. não só deve temer que o abandonem, mas que também o ataquem, pois estes têm maior alcance de vistas é astúcia maior, e sempre têm tempo de se salvar, procurando achegar-se dos prováveis vitoriosos. Necessita ainda o povo viver sempre com o povo, mas pode perfeitamente prescindir dos grandes, porque pode fazer e desfazer, cada dia e aumentar-lhes perder influência, a seu capricho.

E, para melhor elucidar esta parte, falarei dos dois principais grupos em que os poderosos se podem classificar: os que agem de modo tal que se ligam em tudo à tua fortuna, ou os que procedem de modo diverso. Os que ficam obrigados para contigo e não são rapaces, respeita-os e ama-os. Os que não se obrigam daquele modo, precisam ser observados sob dois aspectos: se assim procedem por covardia e defeito natural do caráter, deverás usar deles, sobretudo se estão capacitados a dar-te bons conselhos, porque em tempos felizes isso será honra para ti e nos adversos nada temerás.

Quando, porém. não se obrigam para contigo, de modo deliberado e por ambição é prova de que pensam mais em si mesmos do que em ti. O príncipe deve então, conservar-se em guarda e temê-los como inimigos descobertos, porque, infalivelmente, na adversidade, auxiliarão a tua ruína.

Quem se torna príncipe pelo favor popular, precisa manter-se seu amigo, coisa muito fácil já que este quer apenas não ser oprimido. Aquele, porém, que se tornar príncipe contra esta minha opinião, firmado naquele velho adágio que antes de tudo o mais, procura conquistar o povo.

Fácil lhe será a empresa, quando se tenha disposto a protegê-lo. E como os homens, recebendo benesses de quem esperavam apenas o mal, obrigam-se mais para com o benfeitor, o povo torna-se então mais amigo seu do que se o príncipe tivesse sido elevado ao poder por favor seu. De muitos. modos pode isso ser obtido pelo príncipe, dos quais não se pode deduzir uma regra absoluta porque variam de acordo com as circunstâncias. Deixa-la-ei de lado, por

isso mesmo. Concluirei apenas que a um príncipe é preciso que o povo lhe vote amizade; de outro modo, fracassará nas adversidades. Nábis, príncipe dos espartanos. aturou o demorado cerco de toda a Grécia e de um exército romano poderosíssimo e, contra eles defendeu pátria e Estado. Foi-lhe bastante, somente, ao sobrevir o perigo, assegurar-se de poucos; isso não lhe seria suficiente, se o povo fosse seu inimigo. E a quem objetam contra a opinião do povo, favorecido pelos poderosos, precisa, diz que aquele que se apóia no povo tem alicerces de -barro, direi que isso é verdadeiro quando um cidadão acredita que o povo o liberte quando estiver, por acaso, oprimido pelos inimigos ou pelos magistrados-o. Em tal caso, freqüentes são os enganos, como os Gracos em Roma e Messer Giorgio Scali em Florença. Tratando-se contudo de homem que saiba comandar e de coragem que não se deixe sucumbir às adversidades, não olvide as demais precauções e tenha por seu valor próprio e conduta incutido confiança no povo, nunca será enganado por este e notará que reforçou seus alicerces. Principados desta ordem correm perigo quando estão prestes a mudar de governo civil para absolutista; porque esses príncipes ou governam por si próprios ou através de magistrados. Neste último caso, a sua estabilidade é precária, incerta, pois estão inteiramente na dependência da vontade dos cidadãos prepostos nas magistraturas, os quais, principalmente nos tempos adversos, podem tomar-lhe o Estado com muita facilidade, fazendo-lhe guerra ou não lhe prestando obediência. E o príncipe não mais conseguirá, nos perigos, reaver a autoridade absoluta, pois os cidadãos e os súditos, acostumados às ordens dos magistrados, não estão naquela emergência, habituados para obedecer à sua. E o príncipe, nos tempos adversos, quase não contará com pessoas em quem confiar, não sendo certo se basear no que observa em condições de normalidade. quando os cidadãos precisam do Estado. Nessa época, todos vão ao seu encontro, prometem tudo, e -não haverá um que não deseje dar a vida por ele, quando a morte está distante; mas na adversidade, quando o Estado precisa dos cidadãos, poucos são encontrados. E essa experiência torna-se ainda mais perigosa quando se sabe que não é possível realizá-la senão uma vez. Conclui-se disso que um príncipe prudente deve cogitar na maneira de tornar-se sempre necessário aos seus súditos e de estes terem necessidade do Estado; depois, continuarão sendo-lhe fiéis.

CAPÍTULO X

COMO DEVEM SER MEDIDAS AS FORÇAS DE TODOS OS PRINCIPADOS

É conveniente que se faça, ao serem examinadas as qualidades destes principados, outra consideração: se um príncipe possui tanta força em seu Estado que possa manter-se por si mesmo em caso de vir a precisar. ou se necessita do auxílio de terceiros. Para esclarecer bem esta parte, direi que considero capazes de se conservarem, por si mesmos, os príncipes que podem, por abundância de homens e de dinheiro, constituir um exército forte e enfrentar, qualquer assaltante, e que também julgo precisarem de outrem os que não podem enfrentar o inimigo em campo aberto, tendo de se refugiar por detrás dos muros da cidade para poder defendê-la. Do primeiro caso já se cogitou e mais adiante acrescentaremos o que for preciso. No segundo caso, nada se pode fazer a não ser exortar esses príncipes a tornar forte e bem armado o próprio Estado sem se ocupar do resto. E aquele que estiver bem fortificado e em relação aos governados tenha procedido como acima se explicou - e ainda se explicará - será sempre atacado com hesitação. Os homens são sempre contra empresas em que exista dificuldade; e facilidade não se vê em assalto a quem tem Estado forte e não tem o ódio do povo.

As cidades da Alemanha são extremamente livres, possuem pouco território e obedecem quando o desejam ao imperador, e não têm medo dele nem de qualquer poderoso que as rodeie, pois estão fortificadas a ponto que obrigam à reflexão de que expugná-las será tarefa aborrecida e difícil. Têm todas elas no seu contorno valas e muros apropriados, têm boa artilharia e sempre nos celeiros públicos comida e bebida e combustível para um ano. Além

do mais, para que a plebe não sofra fome, têm sempre, em comum, por um ano, serviço para lhe dar, nas atividades que sejam o nervo e a vida da cidade e atividades das quais a plebe se sustente.

Ainda mais: apreciam enormemente os exercícios militares que são regidos por boas leis. Deste modo, um príncipe que tenha uma cidade fortificada, e não se faça odiado, não poderá ser atacado e ainda que o fosse, o atacante retornaria de cabeça baixa. Pois as coisas do mundo são de tal modo várias que impossível seria a alguém permanecer ociosamente um ano a cercá-lo. Ao que retrucasse que o povo tem suas propriedades fora da cidade e vendo-as arder, não teria a paciência de resistir, e que o demorado assédio e o egoísmo natural dos súditos fariam com que se olvidassem do príncipe, replicaria eu que um príncipe destinado e forte superará sempre todas aquelas dificuldades, seja dando aos súditos a esperança de que o mal não se prolongará, seja fazendo-os temer a crueldade do inimigo, e destramente conservando a si os que lhe pareçam mais temerários. Além disso, é razoável observar que o inimigo incendiará e arruinará o país assim que chegue. quando o espírito do povo está ainda quente e decidido à defesa; por isso, o príncipe terá ainda menos dúvida, pois decorridos alguns dias os ânimos esmorecem, os prejuízos tornam-se realidade e não há mais remédio; então se une o povo mais ao príncipe, parecendo-lhe que este lhe está obrigado, pois as casas arderam e as propriedades se arruinaram em benefício dele. E a natureza humana faz que se obriguem os homens tanto pelos benefícios feitos como pelos que recebeu. Concluindo-se, tudo bem considerado, não será difícil a um príncipe prudente garantir-se do seu povo, durante um assédio, seja antes seja depois deste, desde que não lhe faltem víveres e nem meios de defesa.

CAPÍTULO XI

OS PRINCIPADOS ECLESIÁSTICOS

Resta-nos apenas, agora, falar dos principados eclesiásticos. Para estes, aparece toda espécie de obstáculos, antes de serem possuídos, porque são obtidos ou pelo mérito ou pela fortuna. Conservam-se, porém, sem qualquer das duas, pois são sustidos pela rotina da religião. Suas instituições tornam-se tão fortes e de tal natureza que conservam os seus príncipes no poder, tenham a vida e o procedimento que bem quiserem. Estes apenas possuem Estados e não os defendem; possuem súditos, e não governam. E seus Estados, ainda que indefesos, não lhes são arrebatados; os súditos, ainda que não governados, não procuram afastar o príncipe nem o podem fazer. Somente tais principados, por isso, são por natureza seguros e felizes. E por serem regidos por poderes superiores, não atingíveis pela razão humana, não falarei a tal respeito; estabelecidos e conservados por Deus tais Estados, seria de homem presunçoso e temerário agir de outro modo. Entretanto, se alguém me indagasse dos motivos pelos quais a Igreja atingiu a tanta grandeza no poder temporal, diria que, antes de Alexandre, os potentados italianos (e não apenas os potentados; mas qualquer barão ou senhor, não obstante insignificante), pouca importância ligavam ao poder tempora. da Igreja. Agora, porém, até um rei de França o teme, e foi expulso da Itália pelo Papa que conseguiu arruinar os Venezianos, o que não obstante ser conhecido não é fora de propósito relembrar.

Antes de Carlos, rei da França, invadir a Itália, esta província estava sob domínio do Papa, dos Venezianos, do rei de Nápoles, do duque de Milão e Florentinos. Tais governos teriam dois cuidados especiais: um não entrasse o estrangeiro com tropas na Itália; outro - que nenhum deles dilatasse os seus domínios. Os mais dignos de serem vigiados eram o Papa e os Venezianos. E para impedir a estes necessário se fazia a união de todos os demais, como sucedeu na defesa de Ferrara; e para pôr em dificuldade o poder do Papa, serviriam os barões de Roma que, estado divididos em duas facções - Orsini e Colonna - viviam em permanente disputa. E estando sempre com as armas na mão, aos olhos mesmos do pontífice, tornavam o papado fraco e inseguro. E ainda que por vezes aparecesse um papa animoso, como Xisto, a

sua sorte e o seu saber não eram suficientes para tirá-lo dessa dificuldade. O curto espaço dos pontificados é a razão disso, pois nos dez anos que, em média, um papa governava, conseguia, ainda que a poder de grande trabalho, rebaixar uma das facções. Entretanto, se um deles conseguira quase extinguir os Colonna, por exemplo, seguia-se outro papa, inimigo dos Orsini, que dava a mão à volta dos Colonna, e não dispunha de tempo também para destruir os Orsini. Por isso o poder temporal do Papa foi pouco estimado na Itália. Apareceu depois Alexandre VI, o qual, de todos os Papas que já houve, mostrou como um Papa podia valorizar-se, pelo dinheiro e pela força e, servindo-se do Duque Valentino como instrumento, e por ocasião da vinda dos franceses, fez tudo quanto contei antes, a propósito da ação do duque. E não obstante não ser seu intento tornar a Igreja poderosa, tudo quanto o duque fez foi para a grandeza desta, a qual, após a morte de Alexandre e desaparecido também o Duque, herdou os trabalhos que este realizara. Depois veio o Papa Júlio e achou a Igreja forte e possuidora de toda Romanha, sendo que, pelos ataques de Alexandre os barões de Roma tinham desaparecido e as facções anuladas. Achou também o caminho aberto para acumular dinheiro, o que não fora ainda feito antes de Alexandre. Júlio não somente continuou este trabalho, como os aumentou. E cogitou a conquista de Bolonha, a submissão dos Venezianos e a expulsão dos Franceses da Itália. Foi feliz em todas essas empresas, sendo tanto mais digno de louvor ao saber-se que tudo isto fez preocupado em engrandecer a Igreja e não determinado indivíduo. Conservou também os dois partidos dos Orsini e Colonna em condições idênticas às que os encontrou; e ainda que entre eles existissem alguns chefes capazes de provocar alterações, nada realizaram; duas coisas os conservaram inativos: o poder da Igreja, que os humilhava, e o fato de não possuírem partidários no Sacro Colégio, porque os Cardeais são causa dos tumultos entre as facções. Entre estas não existirá paz se possuírem cardeais, visto que estes, quer em Roma, quer fora da cidade, fomentam os partidos e os barões vêem-se na obrigação de defendê-los. Assim, da ambição dos prelados, viçam as discórdias e os tumultos entre os barões. Sua Santidade, o Papa Leão, achou assim o pontificado poderosíssimo. É de se esperar que, se alguns fizeram o Papado poderoso pelas armas, o pontífice atual, por sua bondade e muitas outras virtudes, o faça mais forte e venerado.

CAPÍTULO XII

DAS ESPÉCIES DE MILÍCIA E DOS SOLDADOS MERCENÁRIOS

Depois de falar detalhadamente de todas as causas da boa ou má fortuna dos principados, e considerar as razões da sua boa ou má fortuna, mostrando os modos pelos quais puderam ser conquistados e mantidos, resta-me falar agora a propósito dos meios ofensivos e defensivos que podem ser necessários a eles. Afirmamos acima que é preciso que um príncipe estabeleça, sólidos fundamentos; sem isso, sua ruína é positiva. E as principais bases que os Estados possuem, novos, velhos ou mistos, são boas leis e bons princípios. E como boas leis não existem onde não há armas boas, e onde existem boas armas conveniente é que estejam boas leis, falarei apenas das armas. Direi, portanto, que as forças com as quais um príncipe conserva o seu Estado são próprias ou mercenárias, auxiliares ou mistas. As mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas. Tendo alguém o seu Estado firmado em tal espécie de forças jamais estará seguro; elas não são ligadas ao príncipe, são ambiciosas, faltas de disciplina, infiéis, insolentes para

com os amigos, mas acovardam-se diante dos inimigos, não têm temor de Deus, nem fazem fé nos homens, e o príncipe apenas retarda a própria ruína na medida em que retarda o ataque. Deste modo, o Estado é espoliado por elas na paz, e durante a guerra pelos inimigos. O motivo dessa atitude é que elas não conhecem outro amor nem outra força que as tenham em campo, a não ser uma pequena paga, o que não é bastante para excitá-las a morrer por ti. Desejam ardentemente ser teus soldados enquanto não te moves à guerra, mas em vindo esta,

fogem ou se despedem. Não me será difícil explicá-lo, visto que a atual desgraça da Itália não foi causada por outro motivo senão pelo fato de que durante tantos anos esteve sustentada por armas mercenárias. Estas conseguiram fazer qualquer coisa em favor de alguém e aparentavam valor quando entre si se combatiam, mas, vindo o estrangeiro, logo mostraram o que eram. Muito fácil foi, portanto, a Carlos, rei de França, conquistar a giz toda a Itália; falava a verdade quem afirmava que a culpa era toda nossa, não porém a que pensava e sim a de que foram causa os erros que acima expusemos. E por serem os príncipes culpados, sofreram eles o castigo.

Desejo, porém, demonstrar com mais clareza a má qualidade destas tropas. Os capitães mercenários ou são excelentes militares ou nada são; se o forem, não poderás confiar neles, pois aspirarão sempre à própria glória, ou humilhando a ti, que és o patrão dele, ou oprimindo contra a tua vontade a outrem. Caso não sejam grandes capitães, por esse mesmo motivo te arruinarão. Respondendo alguém que, mercenário ou não, quem possuir a força agirá sempre de forma idêntica, retrucarei que as forças devem ser utilizadas por um príncipe ou pela República. O príncipe em pessoa deve fazer-se capitão, a República mandará para esse cargo um dos seus cidadãos e, sendo infeliz na escolha, deve imediatamente substituí-lo. E se acaso se revele homem de valor no seu posto, a República deve assegurar-se, por meio de leis, contra o capitão, a fim de que não exorbite de suas atribuições. A experiência demonstra que os príncipes que agem por contra própria e as repúblicas armadas alcançam grandes progressos, enquanto que as armas mercenárias apenas causam prejuízos. Com maior dificuldade um cidadão de uma república possuidora de uma tropa própria alcança o poder absoluto do que no caso da república sustentada Por tropa mercenária. Roma e Esparta por muitos séculos estiveram armadas e livres. Os Suíços são muito armados e livres. Exemplo de forças mercenárias da antiguidade são os Cartagineses, que quase foram abatidos pelos seus soldados mercenários, ao final da primeira guerra contra os Romanos, ainda que os exércitos cartagineses tivessem por chefes cidadãos de Cartago. Filipe da Macedônia foi feito pelos de Tebas capitão de sua gente, após a morte de Epaminondas; e após a vitória tirou-lhes a liberdade. Os Milaneses, morto o duque Filipe, assalariaram Francesco Sforza para atacar os Venezianos; e, derrotado o inimigo em Caravaggio, reuniu-se Sforza aos inimigos para oprimir os de Milão, seus patrões. Anteriormente Muzio Sforza, seu pai, estando ao serviço da Rainha Joana, de Nápoles, deixou-a a certa altura sem exército. Para não perder o reino precisou ela atirar-se aos braços do rei de Aragão. E se os Venezianos e os Florentinos, aos contrário, aumentaram seu domínio com tropas de aluguel, seus capitães não se fizeram príncipes e os defenderam sempre, decorre que os Florentinos em tal caso foram favorecidos pela fortuna, porque dos capitães de valor a que deviam ter medi, uns não venceram. outros precisaram lutar contra rivais. outros por sua vez dirigiram a 'sua ambição para outros fins. O que não logrou vencer foi Giovanni Aucut. e por não ter vencido. dele não se pode avaliar a fidelidade. mas não deixará ninguém de reconhecer que. se tivesse vencido. os Florentinos estariam à sua mercê. Sforza teve sempre contra si os partidários de Braccio, exercendo entre eles mútua vigilância. Francesco dirigiu sua ambição para a Lombarda; Braccio contra a Igreja e o reino de Nápoles.

Vejamos, entretanto, o que se passou há pouco tempo. Os Florentinos elegeram a Paolo Vitelli seu capitão. homem prudentíssimo e que alcançara altíssima reputação. de simples particular que era. Se tivesse este conquistado Pisa, ninguém negará que teria oprimido os Florentinos; porque, ficando servindo os seus inimigos, não teriam aqueles remédio a isso; e, mantendo-o, teriam de obedecê-lo. Se atentarmos para os progressos dos Venezianos, concluir-se-á que agiram segura e gloriosamente, enquanto por si mesmos fizeram a guerra, o que aconteceu quando sua atenção não se voltara para as conquistas em terra firme. Então, auxiliados pelos gentis-homens e pela plebe armada, agiram com muito valor, mas começando a combater em terra, abandonaram essa excelente regra e seguiram os costumes da guerra na Itália. E no início de sua atividade em terra, por não terem muito Estado e, gozarem de grande fama, não tinham muito a temer de seus capitães. Aumentando os seus

domínios sob a direção de Carmignola. comprovaram esse erro. Pois, tendo-o como valoroso capitão. ao vencerem comandados por ele o duque de Milão, e percebendo depois que ele esmorecia nas coisas de guerra, acreditaram que sob sua direção não poderiam aspirar a novas vitórias, porque lhe faltava a vontade de vencer; e não podendo colocá-lo em disponibilidade. para que não perdessem o que já tinham conquistado, precisaram matá-lo para garantir-se contra ele. Por capitães tiveram em seguida a Bartolomeu de Bergamo, Roberto de Sanseverino, Conde de Pitigliano e outros que tais, no referente a estes.

Apenas tinham de temer suas derrotas, não as suas conquistas. como depois veio a acontecer em Vailá. onde, em apenas um dia perderam aquilo que a poder de tantos trabalhos haviam conquistado em oitocentos anos. Tais tropas somente dão lentas, e frágeis conquistas, porém rápidas e espantosas perdas. Assim como citei estes exemplos da Itália, que por muitos anos foi governada por armas mercenárias, prosseguirei na discussão do assunto sob aspecto mais geral, para que, sabendo-se suas origens e desenvolvimento, seja possível corrigir melhor o erro decorrente do uso de tais tropas. Deveis portanto saber que, iniciando nestes últimos tempos a repelir-se da Itália o império e o papa adquirindo maior autoridade no poder temporal, foi o país dividido em mais Estados: pois muitas das maiores cidades ergueram-se em armas contra a nobreza que as subjugara, auxiliada pelo imperador. Enquanto isso a Igreja dava apoio às cidades para aumentar seu poder temporal. Deste modo, em muitas cidades. simples particulares fizeram-se príncipes. Resultou que, tendo a Itália quase inteiramente ficado nas mãos da Igreja e de poucas repúblicas, e os padres e os cidadãos destas últimas não estando habituados às armas, passaram a assalariar mercenários estrangeiros para o serviço militar. O primeiro que adquiriu fama no comando desse tipo de tropa foi Alberico da Conio, Romanholo, Braccio e Sforza que, em tempo de suas vidas, foram árbitros da Itália, saíram como muitos outros da escola daquele. Vieram em seguida os demais que comandaram estas milícias até os nossos tempos. Em conseqüência disso, a Itália foi invadida por Carlos, depredada por Luís, atacada por Fernando e infamada pelos Suíços. Antes do mais, os "condottieri" procuraram anular a importância da infantaria para dar maior realce à importância própria. Assim procederam porque, não tendo Estado seu e dependendo sempre de sua profissão, com pouca infantaria não teriam fama e com muita, não conseguiriam sustentá-la. Reduziram-se, pois, quase que exclusivamente à cavalaria, porque, com pequeno número de cavaleiros, encontravam apoio e honras, sem muitos encargos. Foi isso a ponto que, num exército de vinte mil homens, não se achavam dois mil infantes.

Além disso. os capitães empregavam todas as maneiras de afastar, de si mesmos e dos soldados, o medo e o trabalho, poupando-se nos combates e fazendo-se prender uns ao outros sem resgate. Não atacavam as cidades durante a noite e os que estavam postos na defesa das cidades não queriam atacar os que as sitiavam nem combater no inverno. Tudo lhes permitia o seu código militar que, como ficou dito, tinha por objetivo evitar trabalhos e perigos. E deste modo escravizaram e infamaram a Itália.

CAPÍTULO XIII

DAS TROPAS AUXILIARES. MISTAS E NATIVAS

Tropas auxiliares, mais do que armas inúteis, são aquelas que algum poderoso manda em teu auxílio, como em tempos não muito distantes fez o Papa Júlio; tendo ele na expedição contra Ferrara, tido triste prova das tropas mercenárias, voltou-se para as auxiliares ajustando com Fernando, rei de Espanha que os infantes e cavaleiros deste fossem auxiliá-la. Tais tropas por si mesmas podem ser boas e úteis, mas freqüentes vezes acarretam prejuízos ao que a pede porque se perderem está abatido e, se vencerem, será seu prisioneiro. E, ainda que a história antiga esteja repleta destes exemplos, não desejo sair deste, ainda recente do Papa Júlio II, cuja decisão de entregar-se às mãos de um estrangeiro, apenas pelo desejo de conquistar Ferrara, não pode ser tida como boa deliberação. Mas a boa sorte do Papa deu

nascimento a terceiro acontecimento para que ele não colhesse os frutos de sua má escolha: é que. sendo as forças auxiliares desbaratadas em Ravena, surgiram os Suíços que expulsaram os vencedores, fugindo a qualquer expectativa do Papa e de outros, não ficando ele preso pelos inimigos que fugiram, nem pelos seus aliados, vencendo com outras forças que não as próprias. Os Florentinos, que não tinham armas, levaram a Piza dez mil franceses para vencê-la; e nisso acharam maior perigo do que em qualquer dos seus trabalhos próprios, em qualquer tempo. O imperador de Constantinopla, para fazer em face de seus vizinhos, levou dez mil turcos à Grécia, os quais, após o término da guerra, não pretenderam mais partir, o que deu origem à servidão da Grécia aos infiéis. Sirva-se, pois, destas tropas aquele que não desejar vencer, porque são mais perigosas do que as mercenárias.

Com aquelas, certa é a ruína; são unidas e dedicadas à obediência integral a outrem. No tocante às forças mercenárias, após a vitória, necessitam de mais tempo e melhor ocasião para causar-te mal, pois não formam um corpo perfeitamente unido e além do mais, foram organizadas e são remuneradas por ti; nestas, se fizeres chefe um terceiro. Este não poderá de imediato possuir tanta autoridade que te possa ofender gravemente. Resumindo. nas tropas de aluguel, perigosa é a covardia; nas auxiliares, o valor.

Os príncipes de prudência repeliram sempre tais forças, para usar apenas as suas, antes desejando perder com estes a vencer auxiliados pelas outras, tendo como falsa a vitória obtida com forças alheias. Jamais deixarei de ter em mente o exemplo de César Bórgia e suas ações. Este Duque adentrou a Romanha com armas auxiliares, levando tropas francesas, com auxílio das quais tomou Imola e Forli. Depois, não lhe inspirando essas tropas confiança, passou-se às mercenárias que julgou serem menos perigosas. E tomou a seu serviço os Orsini e Vitelli. Quando, depois de usar as destes últimos, teve-as como dúbias e infiéis, desfez-se delas, dedicando-se às que eram verdadeiramente suas. Daí pode-se claramente concluir a diferença entre umas e outras, acompanhando-se a mudança na fama do Duque, de quando somente contava com os Franceses, para quando empregava os Orsini e Vitelli e finalmente quando ficou com soldados seus e sob seu próprio comando. Ver-se-á que a sua fama aumentou sempre e nunca foi tão estimado como quando se comprovou que era dono absoluto de suas tropas. Não desejava senão citar exemplos italianos e recentes; contudo, não posso deixar de falar de Hierão de Siracusa, já antes referido. Investido das funções de chefe das tropas siracusanas, este, como ficou dito, logo se deu conta de que a milícia mercenária não era boa, por serem os chefes semelhantes aos nossos, italianos. Sendo de opinião que não podia mantê-los nem desfazer-se deles, fê-los cortar em pedaços. Deste modo pôde fazer guerra, depois, com tropas suas. Desejo lembrar ainda uma passagem do Artigo Testamento que tem relação com este assunto. Oferecendo-se Davi a Saul para combater contra Golias, grande provocador filisteu, Saul, para encorajá-lo, quis que fosse vestido com a armadura real. Logo que a teve sobre si, Davi repeliu-a, argumentando não poder bem usar sua força própria, pois desejava bater-se com o inimigo valendo-se somente da funda e da faca para combatê-lo. Enfim, as armas alheias ou te caem pelas costas, ou pesam sobre ti, ou te sufocam. Carlos VII, progenitor do rei Luís XI, com sua boa fortuna e coragem tendo libertado a França do jugo dos Ingleses, sentiu a necessidade de armar-se com forças que fossem suas, de fato, e tornou obrigatório, no seu reino, o serviço das armas. O rei Luís extinguiu, depois, a arma de infantaria e passou a assoldadar Suíços. Tal erro, acompanhado de outras, vai, como hoje se comprova, a causa dos perigos daquele reino. Tenda dado fama aos Suíços, humilhou as próprias tropas. pois desapareceu a Infantaria e sua cavalaria foi sujeitada à tropa estrangeira de tal modo, que. habituando-se a militar com Suíças, não lhes parece fácil vencer sem eles. Daí não, serem suficientes os Franceses contra os Suíços e contra outras, sem os Suíços não puderam vencer. Os exércitos de França, portanto, têm sido, mistas, feitas de mercenários e soldados próprios. São bem melhores que as simples tropas auxiliares ou mercenárias, e muito inferiores aos exércitos próprios.

É bastante o exemplo dado, pois a reino da França seria invencível se tivesse desenvolvido ou ao. menos mantido. a regulamenta militar de Carlos. A pouca prudência dos homens,

contudo, não percebe a veneno oculto nas coisas que lhes parecem boas ao princípio, conforme disse acima a respeito das febres héctias.

Aquele, pois. que num principado não descobrir os males na sua origem não é inteiramente sábio, o que é concedida a poucas. Se estudarmos a começo da degenerescência do império romano, concluiremos que foi motivado apenas parque começou a assoldadar mercenários godos. A partir de então, as forças do império começaram a declinar e toda o valor dele era concedido aos godos. Concluo portanto, que sem possuir forças próprias nenhum príncipe está garantido. Antes, está à mercê da fortuna, não havendo virtude que a defenda nos contratempos. Foi sempre opinião e sentença dos sábios - "quod nihil sit tam infirmum aut instabile quam fama potentiae nan sua vi nixa"6. E as forças próprias são as compostas de súditos ou cidadãos, ou de servos teus; todas as demais são mercenárias ou auxiliares. E a maneira de regulamentar os exércitos próprios facilmente se achará se forem analisados os regulamentos das quatro. aos quais fiz referência e considerar-se como Filipe, pai de Alexandre Magno e muitas repúblicas e príncipes se armaram e governaram; e é a essas ordens que me remeto integralmente durante esta exposição.

CAPÍTULO XIV

DOS DEVERES DO PRíNCIPE PARA COM SUAS TROPAS

Deve o príncipe, portanto, não ter outra finalidade nem outro pensamento, nem qualquer outra atividade como prática, senão a guerra, seu regulamento e disciplina, pois essa é a única arte que se atribui a quem comanda. Ela é de tal poder que não só mantém os que nasceram príncipes, porém muitas vezes eleva àquela qualidade cidadãos de condição particular. Ao contrário, vemos que perderam seus Estados os príncipes que mais se preocuparam com os luxos da vida do que com as armas. O primeiro motivo que te levará a perder o governo é descuidar desta arte e o motivo para conquistá-lo é professá-la. Francesco Sforza, simples particular, tornou-se Duque de Milão, porque se armou; enquanto seus filhos, porque fugiam aos deveres das armas, duques que eram passaram a simples cidadãos. Pois entre outros motivos que te trazem malefícios, o estar desarmado obriga-te à submissão, e isso é uma das infâmias que um príncipe deve evitar, como mais à frente se dirá. Não existe nenhuma proporção entre príncipe armado e príncipe desarmado, e nem é razoável que quem está armado obedeça de boa vontade ao que não está, e que viva tranqüilo entre servidores em armas o príncipe desarmado. De um lado havendo desdém e suspeita da parte de outro, não há possibilidade de agirem de acordo. Um príncipe não versado em milícia, além de outras desventuras, como se disse, não pode ter a estima de seus soldados nem confiar neles.

Não deve, portanto, o príncipe deixar de se preocupar com a arte da guerra e praticá-la na paz ainda mesmo mais do que na guerra e isto se consegue de dois modos: pela ação ou somente pelo pensamento. Quanto à ação, ademais de conservar os soldados disciplinados e permanentemente em exercício, precisa estar sempre em grandes caçadas, nas quais habituará o corpo aos incomodas naturais da vida em campanha e conhecer a natureza dos lugares, conhecer como aparecem os montes. como se afundam os vales, como estão postas as planícies, saber a natureza dos rios e pântanos, usando nestes trabalhos os melhores cuidados. Tais conhecimentos são úteis sob dois aspectos essenciais: primeiro, o príncipe aprende a conhecer bem o seu país e apreenderá melhor o seus meios naturais de defesa; segundo - pelo estudo e a prática desses lugares, entenderá facilmente qualquer outro, novo, que seja necessário pesquisar, pois os montes, vales, planícies, rios, e pântanos existentes na Toscana, por exemplo, têm algumas semelhanças com os de outras províncias. Deste modo, pelo conhecimento da geografia de uma província, chega-se com facilidade ao entendimento da outra. E o príncipe falhado neste pormenor, está falhando na primeira das qualidades de um capitão, que é a que ensina a entrar em contacto com o inimigo, acampar, levar os exércitos, traçar planos de combate, e assediar ou acampar com vantagem. Filopêmene, príncipe dos Aqueus, dentre as qualidades que os cronistas lhe deram, tinha a de, nos tempos de paz, jamais deixar de pensar em coisas de guerra. Passeando no campo, com amigos, detinha-se às vezes e os interpelava: - Estando os inimigos sobre aquele monte e nós aqui com nossos exércitos, quem teria maiores vantagens? Como se poderia ir ao seu encontro, mantendo nossa formação? Se quiséssemos retirar, como faríamos? Se eles batessem em retirada, como os seguiríamos? Enfim, formulava todas as hipóteses possíveis em campanha, escutava-lhes a

---

6 Nada é mais instável do que a fama de poder de um príncipe quando não está apoiada na própria força.

opinião, dava a sua, firmava-a com razões e exemplos, de modo que, graças a essas contínuas cogitações, quando se achava à frente de seus exércitos, nunca topava acidente que não tivesse previsto e para o qual, assim, não tivesse remédio.

Agora, no tocante ao exercício do pensamento, deve o príncipe ler histórias de países e meditar as ações dos homens ilustres, considerar como se portaram nas guerras, estudar as razões de suas vitórias e derrotas, para estar apto a fugir destas e imitar aquelas; principalmente, deve fazer como teriam procedido em tempos idos alguns grandes homens, que faziam imitação daqueles que antes deles tinham se glorificado por suas ações, como é sabido que Alexandre Magno imitava a Aquiles, César a Alexandre, Cipião a Ciro. E aquele que ler a vida de Ciro, que Xenofonte escreveu, reconhecerá depois, na de Cipião, quão valiosa lhe foi aquela imitação e quanto se parecia ele, na abstinência, afabilidade, humanidade, liberalidade, ao que disse Xenofonte a respeito de Ciro. Um príncipe sábio deve considerar estas coisas e jamais estar ocioso nos tempos de paz; deve, isto sim, de modo inteligente, ir formando cabedal de que tire proveito nas adversidades. para estar a qualquer tempo preparado para resistir-lhes.

CAPÍTULO XV

DAS RAZõES PELAS QUAIS OS HOMENS E. SOBRETUDO OS PRíNCIPES, SÃO LOUVADOS OU VITUPERADOS

Resta considerar agora como um príncipe deve comportar-se com os seus súditos e amigos. Sabendo que muitos já escreveram sobre esta matéria, duvido que não venha a ser tido por presunçoso propondo-me ao seu exame, tanto mais que, ao tratar deste assunto, não me alongarei muito dos princípios já propostos pelos outros. Entretanto, como é meu desejo escrever coisa útil para os que tiverem interesse. mais conveniente me pareceu buscar a verdade pelo fito das coisas, do que por aquilo que delas se venha a supor. E muita gente imaginou repúblicas e principados que jamais foram vistos e nunca tidos como verdadeiros. Tanta diferença existe entre o modo como se vive e como se deveria viver. que aquele que se preocupar com o que deveria ser feito em vez do que se faz. antes aprende a própria ruína do que a maneira de se conservar; e um homem que desejar fazer profissão de bondade, mui natural é que se arruíne entre tantos que são Perversos. Deste modo, é preciso a um príncipe, para se conservar que aprenda a poder ser mau e que se utilize ou deixe de se utilizar disto conforme a necessidade.

Deixando de lado, portanto. as coisas que se ignoram com relação aos príncipes e falando a propósito das que são reais, digo que todos os homens. sobretudo os príncipes. por ficarem mais alto. fazem-se notáveis pelas qualidades que lhes trazem reprovação ou louvor. Quer dizer, uns são considerados liberais. outros como miseráveis (usando o termo da Toscana misero, porque avaro, em nossa língua. ainda significa o que deseja possuir pela rapinagem e miséria, apelidamos aos que se abstêm muito de utilizar suas posses); alguns são considerados pródigos, outros rapaces. Alguns são cruéis. outros piedosos; perjuros ou leais; efeminados e pusilâmines ou truculentos e animosos de humanidade ou soberbos; lascivos ou castos; estúpidos ou astuciosos; enérgicos ou tíbios; graves ou levianos; religiosos ou ateus, e daí a fora. E eu sei que qualquer um reconhecerá que muito louvável seria que um príncipe possuísse, de todas as qualidades enumeradas, as tidas por boas; mas a condição do homem é tal, que não permite a posse completa delas, nem mesmo sua prática consistente; é preciso que o príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe tirariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe garantir a posse dele, se lhe é possível; não podendo, porém, com menor preocupação, deixe-se que os fatos sigam seu curso natural. E mesmo não lhe importe incorrer na pecha de ter certos defeitos, sem os quais dificilmente salvaria o governo. porque, se considerar bem tudo, achar-se-ão coisas que parecem virtudes e, se praticadas, lhe provocariam a ruína e outras que parecerão vícios e que, seguidas, trazem bem-estar e tranqüilidade ao governante.

CAPíTULO XVI
DA LIBERALIDADE E DA PARCIMÔNIA

Iniciando, portanto. pela primeira qualidade apontada, direi em que condições é um bem ser considerado liberal. A liberalidade usada para que se espalhe a tua fama de liberal, não é virtude; se ela se pratica de modo virtuoso e como se deve, será ignorada e não escaparás da má fama de seu contrário. Deste modo, se desejar conservar entre os homens fama de liberal é preciso não omitir nenhuma demonstração de suntuosidade, de modo tal que. em tais condições, gastará sempre um príncipe, todas as suas rendas em semelhantes obras. E, finalmente, se desejar conservar essa fama, necessitará gravar o povo extraordinariamente, agir com crueldade no fisco e fazer tudo quanto se deve para ter dinheiro. Isso acabará por torná-lo odioso aos olhos dos súditos e logo que estiver empobrecido, cairá na desestima dos outros; de modo que, a sua liberalidade tendo trazido prejuízo a muitos e benefícios a outros, o príncipe começa a sentir os primeiros revezes e está em perigo em qualquer circunstância que ocorra. Notando isso e desejando retrair-se, é o príncipe então alcunhado de avaro. Assim, portanto, não podendo usar dessa virtude sem prejuízo para si mesmo, de modo que seja conhecida, deve ele. sendo prudente, desprezar a pecha de avaro, pois, com o tempo, poderá demonstrar que é sempre mais liberal, pois verá o povo que a parcimônia do príncipe faz que lhe baste a sua receita, podendo defender-se dos que lhe movem guerra. e também atrever-se a empresas sem gravar o povo. e está deste modo sendo liberal para todos aqueles dos quais nada tira, que são muitos e avarento para aqueles aos quais nada dá, que são mui poucos. Em nossa época, não vimos que fizessem grandes coisas senão os tidos por miseráveis; os demais arruinaram-se. O Papa Júlio lI, servindo-se da fama de liberal para atingir o papado, não cogitou de mantê-la depois e isso para fazer guerra contra o rei da França; participou de muitas empresas sem gravar os seus com nenhuma taxa extraordinária, pois, para atender às despesas supérfluas, bastante lhe era sua grande parcimônia. O atual rei da Espanha, se fosse tido como liberal, não teria principiado nem cometido tantos empreendimentos.

Assim sendo, deve um príncipe gastar pouco para não se ver obrigado a roubar os seus súditos; para poder defender-se; para não se tornar pobre, fazendo-se digno de desprezo; para não se ver obrigado à rapacidade; e pouco cuidado lhe dê a pecha de miserável; porque esse é um dos defeitos que lhe dão possibilidade de bem reinar. E se alguém afirmar que César ascendeu ao império pela sua liberalidade e muitos outros por serem tidos como liberais, alcançaram altos postos, retrucarei que, ou és príncipe ou estás no caminho de ser. No primeiro caso, é prejudicial esta liberalidade; no segundo caso, é preciso ser tido como liberal. E César era dos que desejavam alcançar o poder em Roma, mas se, depois que o alcançou, tivesse vivido mais tempo e continuado aquelas despesas, não as reduzindo, destruído teria o. império. Se alguém respondesse que muitos príncipes houve que fizeram grandes feitos com suas tropas e gozam fama de liberais, retrucaria eu que, ou gasta o príncipe do seu, ou dos seus súditos, ou o que a outrem pertence. No primeiro caso, deve ser sóbrio, no segundo, não deve omitir nenhuma liberalidade. E ao príncipe que marcha com suas tropas e vive de presas de guerra, saques e reféns, manejando. o alheio, é preciso essa liberalidade, pois de outro modo os seus soldados não a seguiriam. E é possível ser muito mais pródigo com o que não te pertence nem aos teus súditos, como assim procederam Ciro, César e Alexandre, pois gastar o alheia não rebaixa, pela contrário, eleva a fama. Gastar o seu próprio, isto sim, é mau. E não. dá coisa que por si só se destrua, como a liberalidade, pois com seu uso contínuo vais perdendo a faculdade de usá-la e te fazer pobre e necessitado, ou, para escapar à pobreza, rapace e odioso. E dentre as coisas que um príncipe deve evitar para si é tornar-se necessitado ou odioso. E a liberalidade leva a uma ou outra coisa. Deste modo, pois, é mais prudente ter fama de miserável, a que acarreta má fama sem ódio, do que, para obter fama de liberal, ser levado a incorrer também na de rapace, o que constitui infâmia odiosa.

CAPÍTULO XVII

DA CRUELDADE E DA PIEDADE - SE É PREFERíVEL SER AMADO OU TEMIDO

Prosseguindo na exposição das qualidades antes apontadas. tenho a afirmar que cada príncipe deve querer ser considerado piedoso e não cruel; não obstante. deve cuidar de empregar de modo conveniente essa piedade. César Bórgia era tido como cruel e. entretanto. sua crueldade reerguera a Romanha e conseguira uni-Ia e levá-la à paz e à fé. O que, bem estudado, demonstrará que ele foi mais piedoso do que o povo florentino, o qual, para evitar a alcunha de cruel, deixou Pistóia ser destruída. Não deve, pois, importar ao príncipe a pecha de cruel para conservar seus súditos unidos e com fé. Porque, com pequenas exceções, ele é mais piedoso do que os que por excesso de clemência deixam que surjam desordens, das quais podem se originar assassínios ou rapinagens. É que tais conseqüências prejudicam todo o povo e as execuções vindas do príncipe ofendem um só indivíduo. E dentre todos os príncipes os novos são os que podem menos fugir à pecha de cruéis, pois os Estados novos estão repletos de perigo. Diz Virgílio. pela bôca de Dido Res dura. et regni novitas me talia cogunt oliri. et late fines custo de tueri 7.

Não deve ser, pois, crédulo o príncipe nem precipitado, nem assustar-se a si mesmo, mas agir equilibradamente, prudente e humanitário, para que a confiança demasiada não o faça incauto e a desconfiança excessiva não o torne intolerável. Daí se origina esta questão discutida: se melhor é ser amado que temido, e vice-versa. Responder-se-á que se queria ser uma e outra coisa; como, entretanto, é difícil reunir ao mesmo tempo as qualidades que levam àqueles resultados, muito mais seguro é ser temido que amado, quando seja obrigado a falhar numa das duas. Porque os homens são em geral ingratos, volúveis, dissimulados, covardes e ambiciosos de dinheiro, e, enquanto lhes fizeres benefícios, estão todos contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, como antes disse, desde que estejas longe de necessitares de tudo isto. Quando, porém, a necessidade se aproxima, voltam-se para outra parte. E o príncipe, se apenas confiou inteiramente em palavras e não tomou outras precauções, está arruinado. Porque as amizades que se conseguem por interesse e não por nobreza ou grandeza de caráter, são compradas, não se podendo contar com as mesmas no momento preciso. E os homens hesitam menos em ofender aos que se fazem amar, do que àqueles que se tornam temidos, por ser o amor conservado por laço de obrigação, o qual é rompido por serem os homens pérfidos sempre que lhes aprouver, enquanto o medi que se infunde é alimentado pelo temor do castigo, que é sentimento que jamais se deixa. Deve, pois, o príncipe fazer-se temido de modo que, se não for amado, ao menos evite o ódio, pois fácil é ser ao mesmo tempo temido e não odiado, o que acontecerá desde que se abstenha de se apossar dos bens e mulheres de seus cidadãos e súditos, e, ainda que obrigado a verter o sangue de alguém, só poderá fazê-lo havendo justificativa e causa manifesta. Deve, principalmente, abster-se de aproveitar os bens alheios, pois os homens olvidam mais rapidamente a morte do pai do que a perda do seu patrimônio. Além do mais, não faltam jamais oportunidades de saquear o que é dos outros, e aquele que principia vivendo de rapinagens, sempre as encontra, o que já não acontece quanto às oportunidades de derramar sangue.

Quando, porém, o príncipe está em campanha e comanda grande número de soldados, então é inteiramente preciso não se preocupar com a fama de cruel, pois, sem ela, jamais se conseguirá conservar um exército unido e disposto a qualquer ação.

Entre as ações admiráveis de Aníbal, alinha-se esta: possuindo exército muito numeroso, composto de homens de todas as nacionalidades e idades e lutando em terras alheias, não apareceu jamais nenhuma disputa em seu seio, nem com respeito ao príncipe, tanto nos bons como nos tempos adversos. Tal fato não deve ser atribuído senão à sua inumana crueldade, a qual, de permeio a infindas virtudes, o tornou sempre venerado e terrível no entender de seus soldados. E estas virtudes, elas sozinhas não seriam suficientes para produzir aquele efeito, não fora a sua desumana crueldade. E entre cronistas pouco comedidos, uns contentam-se em admirar e elogiar esta sua qualidade, outros atribuem a ela todos os triunfos que ele alcançou. E para deixar provado que as outras virtudes, por elas mesmas, não seriam bastante, tome-se por exemplo a Cipião, homem extraordinário, não apenas nos seus tempos, mas ainda na memória dos fatos que a história registra, cujos exércitos se revoltaram quando na Espanha; e este fato encontra sua explicação na sua excessiva bondade que dera aos soldados mais liberdade do que convinha à disciplina militar. Por esse motivo foi severamente advertido no

---

7 A duro, condição das coisas e o próprio fato de que meu reinado recente obriga-me ao rigor e a. fortificar as fronteiras.

Senado por Fábio Máximo, que o taxou de corruptor da milícia romana. Os locrenses, barbaramente abatidos por um enviado de Cipião, não foram vingados pelo chefe romano, nem a insolência desse legado mereceu castigo, fatos estes oriundos do caráter bondoso de Cipião. E, desejando alguém escusá-lo no .senado, disse que muitos homens existiam que sabiam antes não errar do que corrigir os erros alheios. Essa peculiaridade do caráter teria, com o correr do tempo, destruído a fama e a glória de Cipião, tivesse continuado no comando, porém, vivendo sob a direção do Senado, esta sua qualidade prejudicial, não apenas foi anulada mas tornou-se-lhe benéfica.

Concluo, portanto, (tornando ao assunto sobre se melhor é ser temido ou amado) que um príncipe sábio amando os homens como quer ser amado, e sendo temido por eles como quer, deve firmar-se no que é seu e não sobre o alheio. Empenhando-se apenas em evitar o ódio, como dissemos.

CAPÍTULO XVIII

DE QUE MANEIRAS DEVEM OS PRÍNCIPES GUARDAR A FÉ DA PALAVRA EMPENHADA

Quão louvável seja a um príncipe manter a fé e viver de modo íntegro, sem astúcia, todos o entendem; entretanto, observa-se, pela experiência, em nossos tempos, que príncipes existiram que fizeram grandes coisas, mas em pequena conta tiveram a palavra empenhada, e pela astúcia souberam transtornar a cabeça dos homens, superando enfim, as que ficaram leais.

Deveis saber, assim, que duas formas há de combater: uma, pelas leis, outra pela força. A primeira é natural do homem; a segunda, dos animais. Sendo, porém, a primeira muitas vezes insuficiente, é necessário recorrer à segunda. Ao príncipe se faz preciso, porém, saber empregar de maneira conveniente o animal e o homem. Isto, foi ensinado em segredo aos príncipes, pelos cronistas antigos, que cantam a sucedida a Aquiles e outros príncipes da antiguidade, entregues aos cuidados do centauro Quiron, que os educou. É que isso (ter preceptor meio homem meio animal) significa que o príncipe sabe empregar uma e outra natureza.

E uma desacompanhada da outra é origem da instabilidade. Sendo, pois, um príncipe obrigado a utilizar-se bem da natureza da besta, deve tirar dela as qualidades da raposa e do leão, visto que este nenhuma defesa tem contra as redes e a raposa contra os lobos.
Precisa, portanto, ser raposa para conhecer as laças e leão, para amedrontar as lobos. Os que apenas se fizerem de leões não terão êxito. Par isso, não pode um príncipe de prudência, nem deve, guardar a palavra empenhada quando isso lhe é prejudicial e quando os motivos que o determinaram deixarem de existir. Se todos os homens fossem bons, tal preceito, seria mau. Mas, considerando que são pérfidas, e não a guardariam a teu respeita, também não estás abrigado a cumpri-la para com eles. Nunca faltaram aos príncipes motivos para dissimular quebra de fé jurada. De tal, incontáveis exemplos modernas poderiam ser dadas, demonstrando quantas convenções e promessas tornaram-se írritas e vãs pela infidelidade dos príncipes. E, dentre estes. aquele que melhor se valeu das qualidades da raposa, venceu. Necessário, entretanto, é disfarçar muita bem esta qualidade e ser bom simulador e dissimulador. E tão simples são os homens, obedecendo tanto às necessidades atuais, que aquele que engana encontrará sempre a quem enganar. Não. deseja omitir ao menos um dos exemplos novos. Alexandre VI outra coisa não fez nem cogitou senão em enganar os homens, tendo achado sempre oportunidade de assim agir. Nunca existiu homem que tivesse maior segurança em afirmar, e que afirmasse com juramentos mais solenes o que depois, não cumpriria. Entretanto, os enganos sempre lhe saíram bem aos seus desejos porque ele conhecia muita bem esta faceta da natureza humana.

O príncipe. contudo não necessita possuir todas as qualidades acima mencionadas. sendo suficiente que aparente possuí-las. Até .mesmo teria eu a audácia de afirmar que, possuindo-as e usando-as todas, tais qualidades ser-lhe-iam prejudiciais, enquanto que aparentando tê-las, são-lhe benéficas; por exemplo: de um lado pareceria efetivamente ser piedoso, fiel,

humanitário, íntegro, religioso e, de outro ter o ânimo de, abrigado pelas circunstâncias a não a ser, tornar-se a oposto. E deve-se entender o seguinte: que um príncipe, e sobretudo um príncipe novo, não pode seguir todas as coisas a que são obrigados os homens tidos como bons, sendo muitas vezes obrigado, para conservar o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião. É preciso, por isso, que tenha ânimo disposto a voltar-se para os rumos a que as ventas e as mudanças da sorte o impelirem e. como antes deixei dito, não partir do bem mas podendo, saber entrar para o mal, se a isso for constrangido. Deve o príncipe, contudo ter muito cuidado em não deixar escapar de seus lábios expressões que não revelem as cinco qualidades antes apontadas, devendo aparentar, à vista e ao ouvido ser todo piedade, fé, integridade, humanidade, religião. Nenhuma qualidade há da qual mais se necessite da que esta última. É que os homens, pelo geral, julgam mais pelo que vêem do que pelas mãos, pois todos podem ver, poucos porém são os que sabem sentir. Vêem todos o que tu pareces, poucos porém o que realmente és, e estes poucos não possuem audácia suficiente para contrariar a opinião dos que têm a seu favor a majestade do Estado. Nas atitudes de todas os homens, sobretudo dos príncipes, onde não existe tribunal a que recorrer, importa apenas o êxito bom ou mau. Trate, portanto um príncipe de vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, pois o vulgo se deixa levar por aparências e pelas conseqüências dos fatos consumados, e o mundo é formado pelo vulgo, e não haverá lugar para a minoria se a maioria não encontre onde se apoiar. Um príncipe dos nossos tempos, cujo nome não convém que se mencione, prega sem cessar a paz e a fé, sendo contudo, inimigo de um e de outro[8]. E qualquer deles, se ele realmente a observasse, ter-lhe-ia arrebatado, mais de uma vez, a fama ou o Estado.

CAPÍTULO XIX

DE COMO SE DEVE EVITAR O SER DESPREZADO OU ODIADO

Desde que me referi às mais importantes das qualidades acima descritas, desejo falar rapidamente dos outros, de modo geral. O príncipe procure evitar, como antes se disse, coisa que o faça odioso ou desprezível, e sempre que agir assim, cumprirá seu dever e não achará nenhum perigo nos outros defeitos. O que o torna sobretudo odioso, como acima disse, é o ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres de seus súditos. Não se tirando aos homens bens e honras, vivem satisfeitos e apenas se deverá dar combate à ambição de poucos, que pode ser sofreada de muitos modos e facilmente. Torna-o desprezível o ser tido como volúvel, leviano, efeminado, covarde, irresoluto. E tais coisas devem ser evitadas pelo príncipe do mesmo modo que o navegante evita um rochedo. Deve ele fazer que em suas ações se reconheça grandeza, coragem, gravidade e fortaleza, e quanto às' ações particulares de seus súditos deve fazer que a sua sentença seja irrevogável, portando se de modo tal que ninguém pense enganá-lo ou fazê-lo mudar de idéia.

O príncipe que formar de si tal opinião, adquire grande reputação; e contra quem goza de reputação dificilmente se conspira e dificilmente é atacado enquanto for considerado excelente e tenha a reverência dos seus. Um príncipe precisa ter duas razões de receio: uma de origem interna, da parte de seus súditos, outra de ordem externa, da parte dos grandes de fora. Defender-se-á destes com boas armas e bons aliados; e tendo armas sempre terá bons amigos. Os negócios internos, por seu turno, estarão estabilizados se estabilizadas estiverem as coisas de fora, a não ser que aqueles já estejam perturbados por uma conspiração. Mesmo quando as coisas externas se agitem, tendo o príncipe vivido e agido como escrevi, e não desalentando, resistirá sempre a todo ataque, como descrevi acima, com relação ao espartano Nábis. A propósito dos súditos. entretanto. quando estão as questões externas em calma. deve recear sempre que conspirem em segredo, perigo do qual se afasta o príncipe se não se tornou odiado

---

[8] Alude aqui a Fernando V, o Católico, Ver nota 4.

ou desprezado, e se tiver conseguido que o povo esteja satisfeito cem ele; e isso é preciso conseguir pelos modos a que acima se fez referência. Ora, um dos remédios mais eficientes que tem um príncipe contra as conspirações é não se tornar odiado pela população, pois quem conspira pensa sempre que está satisfazendo os desejos do povo provocando a morte do príncipe; se pensar, porém, que assim procedendo ofende o povo, não tem a audácia de tomar tal partido, pois as dificuldades com as quais os conspiradores lutariam seriam infinitas. Vê-se. por experiência. Que as conspirações têm sido muitas. mas poucas delas tiveram êxito, porque aquele que conspira não pode estar só, nem pode ter como comparsas senão os que estiverem desgostosos. E assim que revelas tuas intenções a um descontente, dar-lhe-ás razões para contentamento, pois ele pode esperar qualquer vantagem da traição do segredo e de modo que vendo deste lado, apenas vantagens certas e de outro, vendo apenas dúvidas e muitos perigos, apenas um amigo, como existem raros, ou um inimigo implacável se conservará fiel à conspiração. Em resumo, direi que. da parte do conspirador não há senão medi. inveja e suspeita de castigo, que o traz atormentado; da parte do príncipe há a majestade do principado, leis, defesa dos amigos e do Estado que o resguardam; tanto que. ajuntando a isso tudo a estima do povo, é impossível existir alguém de tal modo audacioso que se atreva a conspirar. Comumente, o que um conspirador teme antes de realizar o mal, deverá temer também após tendo o povo por inimigo, depois do fato realizado e não poderá assim esperar qualquer refúgio.

Poderia referir diversos exemplos desta matéria: contentarme-ei, porém, com apenas um que nos legou a recordação de nossos pais. Tendo sido morto pelos Ganneschi o senhor de Bolonha, "messer" Amibal Bentivoglio, avô do atual "messer" Aníbal, não restando da família senão "messer'" Giovanni. criança de colo, o povo, imediatamente após o homicídio, revoltou-se e matou todos os Ganneschi. Isso se deveu à benevolência popular com a qual a casa dos Bentivoglio contava nessa época, benquerença essa tão grande que não restando em Bolonha um só representante daquela família que pudesse, morto Aníbal, governar o Estado, e, tendo-se notícia de haver em Florença um jovem que pertencia àquela família e considerado até aquela data filho de um ferreiro. Os bolonheses ali foram buscá-lo e lhe deram o governo da cidade, que por ele foi governada até que "messer" Giovanni alcançasse idade bastante para reinar.

Concluo, pois, afirmando que a um príncipe pouco devem importar as conspirações se ele é querido do povo, porém se este é seu inimigo e o odeia, deve temer tudo e todos. Os Estados que têm boa organização e os príncipes que são prudentes cuidaram sempre em não reduzir os grandes ao desespero e satisfazer e contentar o povo, pois essa é uma das questões mais importantes que um príncipe deve ter em mente. Em nossa época. entre os reinos bem organizados e governados. deve-se contar o da França.

Acham-se nele inúmeras boas instituições, das quais são dependentes a liberdade e a segurança do rei. A primeira delas é o Parlamento e a autoridade que possui, pois o homem que organizou aquele reino, conhecendo, de uma parte, a ambição e insolência dos poderosos, e achando necessário colocar-lhes um freio para corrigi-los e de outra parte, conhecendo o ódio do povo contra os grandes, causado pelo medo e desejando protegê-los, não consentiu que essa tarefa estivesse aos cuidados do rei, para isentá-lo da acusação dos grandes quando beneficiasse o povo, e, do povo, quando favorecesse os grandes. Por esse motivo constituiu um terceiro juízo que fosse aquele que, fora da responsabilidade do rei, deprimisse os grandes e beneficiasse os pequenos. Tal organização não poderia ser melhor nem mais prudente, nem se poderá negar ser a melhor causa de segurança do rei e do reino. Daí pode-se retirar outra excelente instituição: os príncipes encarregam a outrem da imposição das penas, e os atos de graça, ao contrário apenas a eles próprios, em pessoa ficam afetos. Concluo outra vez que um príncipe deve estimar os poderosos. Porém não se tornar odiado pelo povo.

Pareceria talvez a muitos, observando-se vida e morte de certos imperadores romanos que fossem exemplos contrários a esta minha opinião sendo que alguns, não obstante vivendo sempre exemplarmente e demonstrando ter grandes virtudes, perderam o poder ou foram

assassinados pelos seus, que contra eles conspiraram. Querendo responder a tais objeções. contarei as causas de sua ruína que são diversas das que aduzi, procurando tomar sobretudo em consideração as que parecem notáveis a quem lê as ações daqueles tempos. É-me suficiente citar todos os imperadores que se sucederam no governo a partir do filósofo Marco Aurélio a Maximino, que foram Marco, seu filho Cômodo, Pertinax, Juliano, Severo, o filho deste – Antonino, Caracala, Macrino, Heliogábalo, Alexandre e Maximino. Em primeiro lugar deve-se notar que enquanto nos demais principados é preciso lutar somente contra a ambição dos poderosos e a inconstância do povo, os imperadores romanos tinham de enfrentar uma terceira dificuldade, que era a de suportar a crueldade e ferocidade dos soldados. Tal dificuldade era tão grande que se tornou a causa da ruína de muitos, pois difícil é contentar ao mesmo tempo soldados e povo, pois este, amante da paz, amava, em conseqüência, os príncipes modestos, e os soldados estimavam o príncipe que tivesse espírito guerreiro e fosse insolente, cruel e rapace. Desejavam que ele usasse de tais qualidades contra o povo para poder receber soldo dobrado e dar expansão à sua rapacidade e crueldade. Isso levou os imperadores que, por natureza ou habilidade, não tinham fama suficiente para reprimir os soldados nem o povo, a sempre se arruinarem. E a maior parte deles, sobretudo os novos que conquistavam o principado, ao perceberem a dificuldade desses dois elementos tentavam contentar aos soldados, não dando importância aos agravos do povo; era preciso enveredar por esse partido, pois não sendo possível aos príncipes evitar ser odiado por alguém, deviam esforçar-se sobretudo por não ser odiados pela maioria. E quando não lhes é possível conseguir, devem procurar, com extrema habilidade, escapar ao ódio das maiorias mais fortes. Por esse motivo, os imperadores que, sendo novos, precisavam de favores extraordinários, aderiram aos soldados em vez de aderir ao povo, e lhes era isso útil ou não, conforme soubesse esse príncipe manter a fama entre eles. Por esses motivos aduzidos é que Marco, Pertinax e Alexandre, homens de vida modesta, amantes da justiça, inimigos da crueldade, humanitários e benignos, todos, exceto Marco, tiveram triste fim. Só este viveu e morreu com muita honra porque atingiu o poder por jure hereditário e não lhe era preciso fazer que reconhecessem seu poder, nem pelo povo, nem pelos soldados. Além disso, sendo portador de muitas virtudes, que o faziam venerando, em todo o tempo de sua vida, sempre conservou a ambos, povo e exército em ordem, nos seus termos exatos, e nunca foi odiado nem desprezado. Pertinax, entretanto, foi imperador à revelia dos soldados, os quais, tendo sido acostumados a viver licenciosamente sob o domínio de Cômodo, não puderam agüentar a vida honesta que Pertinax desejava impor-lhes. Por esse motivo, tendo ele despertado ódio, e tendo-se ao ódio reunido o desprezo, porque era velho, Pertinax arruinou-se logo no início de sua administração. E é preciso que se note que o ódio se adquire, ou pelas boas ou pelas más ações. Por isso, um príncipe, desejando conservar o Estado como afirmei antes, é freqüentes vezes obrigado a não ser bom, porque quando aquela maioria, seja povo, senado ou garides, de que julgas ter precisão para te conservares no Poder, é corrupta, é conveniente que sigas o seu pendor para satisfazê-la e, assim, as boas ações são prejudicadas. Falemos, porém, de Alexandre, que tão bondoso foi que entre os louvores que lhe são atribuídos está o de não ter, em todos os quatorze anos que sustentou o império, mandado executar quem quer que fosse sem um julgamento prévio. Não obstante isso, sendo tido como efeminado e homem que se deixava guiar pela mãe e por isso tendo caído no desprezo, o exército conspirou e ele foi morto.

Falando, agora, por outra parte, das qualidades de Cômodo, Severo, Antonino, Caracala e Maximino, haveis de ver que foram extremamente cruéis e rapaces. Para contentar os soldados, não deixaram de cometer nenhuma das ofensas que pudessem contra o povo, e todos, exceto Severo, tiveram triste fim. É que Severo foi tão valoroso, que, conservando a amizade dos soldados, ainda que oprimido o povo, sempre pôde reinar com felicidade, pois aquelas suas virtudes o tornavam tão admirável no conceito dos soldados e do povo, que este ficava, de certo modo, atônito e aqueles - reverentes e contentes. Conhecendo Severo a ignávia do Imperador Juliano convenceu o exército, do qual era capitão na Ilíria, de que era

conveniente partir para Roma, para vingar a morte de Pertinax, morto pelos pretorianos e, com esse pretexto, sem aparentar que desejava o poder, levou o seu exército contra Roma e chegou à Itália antes ainda da notícia de sua partida. Chegando a Roma, foi ele, pressionado pelo medo, eleito imperador pelo Senado, e morto Juliano. Após isso, ainda haviam duas dificuldades para Severo apoderar-se de todo o Estado: uma, na Ásia, onde Pescênio Negro, que chefiava os exércitos asiáticos, se declarara Imperador; e outra no Ocidente, onde também Albino desejava subir ao poder. E como julgasse imprudência declarar-se inimigo dos dois, resolveu atacar Pescênio Negro e enganar a Albmo. A este escreveu dizendo que, tendo sido eleito imperador pelo Senado desejava dividir com ele aquela honra; enviou-lhe o título de César e, por determinação do Senado, tornou-o seu colega. Albino Pensou que tudo fosse verdade, mas Severo, depois de vencer e matar Pescênio Negro e pacificar o Oriente, retornou a Roma e queixou-se ao Senado de que Albino, esquecendo-se os benefícios que recebera dele, tentara matá-lo traiçoeiramente e por isso era forçado a ir puní-lo por ingratidão. Depois, foi ao seu encontro, nas Gálias, e tirou-lhe vida e governo. Qualquer um que examinar com cuidado as ações deste homem acabará julgando-o um ferocíssimo leão e astuta raposa e verá que foi temido e reverenciado Por todos e não odiado pelo exército, e não se admirará de que ele - homem novo - mantivesse tão grande poder; é. que a sua alta reputação salvou-o sempre daquele ódio que lhe poderia ter votado o povo, em razão de suas rapinagens. E Antonino, seu filho, foi homem também que tinha ótimo procedimento, que o fazia maravilhoso no conceito popular e amado pelos soldados, porque era militar, aturara muito em qualquer fadiga e desprezava os pratos deliciosos e outros quaisquer elementos de conforto: - era o bastante para tornar-se estimado por todos os exércitos. Apesar disso, sua ferocidade e crueldade foram tais e tão inauditas, que mandou matar grande número de particulares e assim sacrificou grande parte do povo de Roma e todo o de Alexandria, de tal maneira que se tornou muitíssimo odiado por todos e principiou a ser temido também por aqueles que com ele privaram e, por fim, foi morto por um centurião, no meio de seu exército. É de se notar neste ponto que tais assassínios, deliberados por homens obstinados, são impossíveis de serem evitados pelos príncipes, porque todo o que não tiver medi da morte poderá executá-los. Não deve, entretanto, o príncipe amedrontar-se, pois são raríssimos. Deve somente evitar não injuriar gravemente algumas das pessoas de que se utiliza e que ele tem ao seu lado, a serviço de seu governo, como fez Antonino. Tinha este assassinado de modo indigno um irmão daquele centurião, e ameaçava ainda a este diariamente; mas, não obstante isso, manteve-o na sua guarda, o que era coisa temerária e capaz de arruiná-lo, como sucedeu.

Passemos agora a Cômodo, ao qual teria sido fácil conservar o poder porque o alcançou jure hereditário, filho de Marco que era, e era-lhe somente suficiente seguir os passos do pai para satisfazer exército e povo. Como, porém, era de temperamento cruel e bestial, para poder valer-se de sua rapacidade contra o povo, começou a favorecer os soldados e tornou-os licenciosos: de outro lado, não se importando com a dignidade, descendo com freqüência às arenas para lutar com os gladiadores, e fazendo outras coisas vis, não dignas da majestade imperial, fez-se desprezível no entender dos soldados. Ficando desse modo odiado por uns e desprezado por outros, fez-se a conspiração contra ele e foi morto. Resta-nos contar as qualidades de Maximino. Foi este um homem extremamente belicoso e- estando com os exércitos enfastiados com a passividade de Alexandre, do qual acima falei, quando esse foi morto, elegeram-no para o governo. Maximino, entretanto, não reinou por muito tempo porque duas razões o fizeram odiado e desprezado: primeira, ser de condição baixa, pois já fora pastor na Trácia (fato de todos conhecido e que o diminuía muito no conceito do povo); segunda, tendo, ao tempo da sua ascensão ao império, protelado a sua ida a Roma para entrar no gozo da dignidade imperial, criada para si reputação de muito cruel, porque, por meio de seus prefeitos, em Roma, e em todo lugar, cometera numerosas perversidades. Desse modo, movida a gente pelo desprezo de sua ascendência humilde, e cheia de ódio pelo medi à sua crueldade, nasceram as conspirações. A primeira a revoltar-se foi a África; depois, o Senado e todo o povo Romano e, mais tarde, toda a Itália se pôs contra ele. Aderiu a esse movimento o

seu próprio exército, que se achava em campanha, cercando Aquiléia e, encontrando dificuldade para tanto, enraivecido pela crueldade do príncipe, suprimiu-o, pois viu que ele estava cercado de inimigos e já não o temia.

Não desejo falar de Heliogábalo, nem de Macrino e Juliano, que, por terem sido totalmente menosprezados, desapareceram logo; não desejo falar destes, dizia, mas passar à conclusão deste assunto. Digo, portanto, que os príncipes de nossa época não conhecem essa dificuldade de dar excessivas satisfações aos soldados, pois ainda que se deva ter para com aqueles algumas considerações, depressa resolve-se a situação, porque nenhum desses príncipes possui exército que se tenha desenvolvido com os governos e administrações das províncias, como acontecia nos exércitos do império romano. E, se naqueles tempos era mais urgente contentar o exército do que ao povo, por ser este menos poderoso do que aqueles, hoje deve-se contentar. antes ao povo do que o exército, por ser este menos poderoso do que aquele. Faço exceção ao Grão-Turco por conservar em torno de si doze mil infantes e quinze mil soldados de cavalaria, dependendo disso a segurança e o poder de seu reino. É preciso, pois, que, em vez de qualquer outra consideração para com outrem, aquele seja amigo dos exércitos. O mesmo se passa no reino, do Sultão do Egito; tudo está nas mãos dos soldados, é-lhe conveniente conservá-los como amigos seus, sem se ocupar com o povo. E é preciso observar que este reino do Sultão é diverso de todos os demais principados, pois é idêntico ao papado, que não se pode classificar nem como principado hereditário, nem como principado novo, visto que não são os filhos do príncipe antigo que herdam, e se tornam senhores, porém os que são elevados a esse Posto por aqueles que possuem autoridade. E sendo isso antiga instituição, não é possível chamá-lo de principado novo; e ainda porque naqueles não existem as dificuldades deste, pois ainda que o príncipe seja novo, a organização do Estado é velha. E os governantes são obrigados a recebê-lo como se fossem senhores hereditários. Tornemos, contudo, ao nosso assunto. Acrescentarei que quem o observar o que narrei acima, entenderá que o ódio e o desprezo foram motivos da ruína dos imperadores citados, e conhecerá ainda os motivos pelos. quais, alguns daqueles agindo de uma forma e outros de modo contrário, alguns terminaram bem e outros tiveram triste fim; e também porque a Pertinax e Alexandre. sendo príncipes novos, foi inútil e prejudicial imitarem Marco, que no principado estava jure hereditário. Do mesmo modo, porque a Caracala, Cômodo e Maximino foi prejudicial imitar a Severo, por que não possuíam tanta virtude que bastasse para seguir-lhe o caminho. Príncipe novo, principado novo, não pode, pois, imitar as ações de Marco nem, igualmente, é preciso imitar as de Severo. Deve, isto sim, aproveitar de Severo as qualidades que julgar próprias a fundar o seu Estado, e de Marco usar as que sejam gloriosas e convenientes para conservar um Estado que já esteja estabelecido e firme.

CAPÍTULO XX

SE AS FORTALEZAS E TANTAS OUTRAS COISAS QUE COTIDIANAMENTE SÃO FEITAS PELO PRíNCIPE SÃO ÚTEIS OU NÃO

Alguns príncipes, para conservarem com segurança o Estado, deixaram desarmados os seus súditos, outros repartiram as cidades conquistadas mantendo facções para combaterem-se mutuamente, outros alimentaram inimizades contra si próprios, outros entregaram-se à conquista do apoio daqueles que lhe eram suspeitos no princípio de seu governo, alguns outros construíram fortalezas, outros, mesmo, as arruinaram. E, ainda que todas essas coisas não possam ser julga das em definitivo, se não forem examinadas as particularidades dos Estados onde foram tomadas qualquer destas deliberações, falarei entretanto de um ponto de vista geral, de acordo com a própria matéria.

Jamais um príncipe novo tirou as armas a seus súditos, antes, se os achou desarmados, armou-os. Tais armas ficarão tuas, tornar-te-ão fiéis os que te eram suspeitos, mantêm-se fiéis os que já o eram, e súditos que eram fazem-se teus auxiliares. E porque não se pode armar

todos os súditos, desde que beneficies aqueles aos quais armas, podes agir com mais segurança em relação aos outros. A diferença de tratamento para aqueles obriga-os contigo, e os demais te desculparão achando necessário que maior recompensa tenham os que estão expostos a perigos maiores devido mesmo a essas obrigações.

Tirando-lhes as armas, principiais por ofendê-los, dando-lhes a entender que desconfias deles, ou porque és covarde ou porque não tens confiança neles. Qualquer destas opiniões levantará o ódio contra ti. E porque não podes estar desarmado, é necessário que te voltes à milícia mercenária, cujas qualidades acima descrevi. Mesmo sendo boa, não pode ter tanta força suficiente para te defender de inimigos poderosos, e dos súditos suspeitos. Como eu já disse, um novo príncipe, num principado novo, sempre organizou a força armada. Exemplos iguais enchem a história. Quando, porém, um príncipe conquista um novo Estado, que seja anexado aos domínios, então faz-se preciso desarmar aquele Estado, menos aqueles que tenham te ajudado a conquistá-lo e ainda a estes é preciso, com o tempo, torná-los apáticos e moles, de maneira que todas as armas dês se Estado estejam com os teus soldados, que junto a ti viviam no Estado antigo.

Os nossos ancestrais, e os que eram considerados prudentes, costumavam dizer que Pistóia devia ser conservada pela divisão dos partidos, e Pisa pelas fortalezas, e desse modo procediam de modo diverso nas cidades conquistadas para poder mantê-las mais facilmente. Tal era talvez a política mais sábia, naqueles tempos em que a Itália estava de algum modo equilibrada, porém não acredito que possa ser regra hoje; não creio que as divisões trouxessem qualquer benefício; antes, ao contrário, sucede que, quando se aproxima o inimigo,- as cidades divididas são logo perdidas; porque a parte mais fraca irá para as forças externas e a outra não se poderá conservar. Os Venezianos, atendendo, ao que eu acredito, às razões supraditas, costumavam fomentar as facções guelfas e gibelínas nas cidades que dominavam. E, ainda que não os deixassem ir até a luta, alimentavam essas discórdias para que, entretidos os cidadãos naquelas suas controvérsias, não se unissem contra eles. Isso, como se viu, não surtiu bons resultados para eles porque, sendo os Venezianos destroçados em Vailá, algumas daquelas cidades criaram força e arrebataram-lhes todos os territórios. Tal política põe à mostra, pois, a fraqueza do príncipe, porque em principado poderoso nunca seriam permitidas tais divisões; elas apenas aproveitam nos tempos de paz, podendo, por .esse sistema, governar mais facilmente os súditos. Vindo, porém, a guerra, nota-se a sua inutilidade. Tornam-se os príncipes grandes, indubitavelmente, quando se põem acima das dificuldades e da oposição que se lhes move. Deste modo, a fortuna, quando quer enaltecer um novo príncipe, o qual tem mais precisão de conquistar fama do que um hereditário, suscita-lhe inimigos que lhe movam guerra para que tenha ele a ocasião de vencê-los e ascender mais, servindo-se daquela escada que os próprios inimigos lhe estendem. Muitos acreditam, por isso, que um príncipe sábio, quando tiver oportunidade, deve fomentar astuciosamente certas inimizades contra si próprio, para que com a vitória sobre os inimigos mais se engrandeça. Os príncipes, e sobretudo os novos, têm achado mais fé e maiores utilidades nos homens que nos princípios de seu governo lhes eram suspeitos, do que nos que, naquela época, lhes tinham inspirado confiança. Pandolfo Petrucci, senhor de Siena, governava o Estado mais com a ajuda daqueles de quem suspeitara do que daqueles em que depositara confiança. Mas nesta matéria não se pode estabelecer regras gerais, pois muito várias são as circunstâncias de cada caso. Direi somente que os homens que tinham sido hostis à fundação de novo governo, para conservar-se, carecem eles próprios de apoio, o príncipe sempre poderá aliciá-los com facilidade, mas por seu lado, são obrigados a servi-lo com tanta maior lealdade, quanto sintam a necessidade de anular, pelas ações, aquela péssima opinião que o príncipe tinha a seu respeito. Deste modo, a este servem melhor os serviços dos ex-adversários do que os daqueles que, por demasiada segurança, negligenciam os interesses do príncipe.

Agora, como a própria matéria dá ensejo, não desejo deixar de recordar aos príncipes que tenham há pouco assumido a direção de um Estado, graças ao apoio do povo, que considere

bem que motivo o terá levado a favorecê-los; e se não for afeição natural para com eles, e sim descontentamento com o antigo governo, ao príncipe muito dificultosamente apenas será possível manter a amizade daquele, pois impossível será satisfazê-lo. E analisando bem, com os exemplos que temos das coisas antigas e modernas, com relação a este fato, ver-se-á que ao príncipe é muito mais fácil conquistar a amizade daqueles homens que estavam satisfeitos com o regime passado, sendo, pois, seus inimigos, do que a daqueles que, por estarem descontentes, tornaram-se seus amigos e aliados, auxiliando-o na conquista do Estado.

Tem sido costume dos príncipes, para mais seguramente conservar o seu Estado, construir fortalezas que se tornem bridão e freio dos que pensassem atacá-lo, e possuir refúgio seguro em caso de vir a sofrer ataque de surpresa. Louvo esse proceder, porque se usa desde os tempos mais remotos; no entanto, "messer" Niccoló Vitelli, em nossos tempos, viu-se obrigado a destruir duas fortalezas na Cidade do Castelo, para manter aquele Estado. Guido Ubaldo, duque de Urbino, reconquistando o seu domínio, de onde o expulsara César Bórgia, destruiu, a partir dos alicerces, todas as fortificações daquela província, e acreditou que sem elas dificilmente perderia outra vez o Estado. Os Bentivoglio, retornando a Bolonha, tiveram a mesma atitude. As fortalezas, pois, são úteis ou não, conforme as circunstâncias e se te fazem bem, por uma parte, arruinam-te por outra. Pode-se dar a seguinte explicação deste fato: o príncipe que tiver mais temor de seu povo do que. dos estrangeiros, deve construir fortificações, mas o que tiver maIs temor dos estrangeiros do que do povo, não precisa preocupar-se com isso, O castelo de Milão, construído por Francesco Sforza, foi e será maior motivo de perturbações para a casa dos Sforza, do que outra coisa naquele Estado. A melhor fortaleza, porem, que ainda possa existir é não ter o ódio do povo, pois que, se tiveres fortalezas e fores por ele odiado, elas não te salvarão, pois não faltam jamais a povos rebelados príncipes estrangeiros que desejem auxiliá-los. Em nossos dias, nota-se que as fortalezas não aproveitaram a nenhum príncipe, menos à Condêssa de Forli, quando morreu o Conde Girolamo, seu esposo, porque, graças às fortalezas pôde fugir à fúria popular e aguardar socorros de Milão, mantendo deste modo o seu Estado. E a época era tal que os de fora não podiam auxiliar o povo. Contudo, também à Condêssa de Forli, as fortalezas pouco serviram, quando César Bórgia lhe assaltou o Estado e o povo, inimigo daquela, formou ao lado do conquistador. Portanto, seja nessa época, seja antes, mais garantida estaria ela não sendo odiada pelo povo do que tendo fortalezas. Considerando-se, portanto, todas estas coisas, louvarei os que edificarem fortalezas e ainda os que não as construírem, e lamentarei os que, confiando em tais meios de defesa, não se preocuparem com o fato de o povo os odiar.

CAPíTULO XXI

O QUE UM PRÍNCIPE DEVE REALIZAR PARA SER ESTIMADO

Nada torna um príncipe tão estimado como as grandes empresas e o dar de si raros exemplos. Temos, em nossos dias, Fernando de Aragão, atualmente rei da Espanha. Pode-se chamar a este príncipe propriamente novo, porque de um rei fraco tornou-se, pela fama e pela glória, o primeiro rei cristão; e se estudardes suas ações, vereis que são todas grandíssimas, havendo algumas extraordinárias. No princípio do seu reinado, assaltou Granada e essa empresa constituiu a base de seu Estado. Primeiro, agiu sem preocupação e com a certeza de que não seria obstaculado: os barões de Castela, com a atenção voltada para a guerra referida, não pensavam em inovações. Fernando conquistava, então, naquele meio, fama e autoridade sobre eles, que não se apercebiam disso. Com dinheiro da Igreja e do povo, manteve exércitos e, por uma longa guerra, pôde assentar as bases de seu próprio renome como militar. Além do mais, para poder atirar-se a maiores empreendimentos, utilizando-se sempre da religião, dedicou-se a uma piedosa crueldade, expulsando e libertando seu reino dos "marranos", exemplo extremado de piedade. Sob essa mesma desculpa de religião, assaltou a África; efetivou a expedição da Itália; mais tarde, assaltou a França, e desse modo sempre agiu e

urdiu grandes feitos, os quais conservaram sempre em suspenso e admirados os ânimos de seus súditos, empolgados pela expectativa do sucesso final desses feitos. E surgiram estas suas ações de tal modo que, entre uma e outra nunca deixou tempo aos homens de agirem contra ele. Convém ainda muito a um príncipe dar exemplos raros quanto ao seu governo (idênticos aos que se narram de "messer" Bernabó de Milão); quando alguém tenha feito qualquer coisa extraordinária, de bem ou mal sua vida civil, para premiá-lo ou puni-lo, deve o príncipe proceder e modo tal que deixe margem a grandes comentários. E principalmente deve um príncipe agir no sentido de, em cada atitude, conquistar reputação de grande homem. Também é estimado um príncipe quando sabe ser realmente amigo ou inimigo, isto é, quando sem nenhuma preocupação, age francamente em favor de alguém contra um terceiro. Tal partido ser-lhe-á sempre mais útil do que manter-se neutro, pois se dois poderosos vizinhos teus começarem a brigar, ou são tais que, vencendo um deles tenhas de temer o vencedor, ou não. De qualquer modo ser-te-á sempre mais útil descobrir-te e fazer guerra de fato, pois no primeiro caso, se te não descobrires, será sempre presa de quem vencer, com imenso prazer daquele que foi vencido, e não tens razão nem coisa alguma em tua defesa. nem quem te acolha. Quem é vencedor não quer amigos suspeitos e que não auxiliem nas adversidades; quem perde não te aceitará porque não quiseste, de armas na mão, correr o mesmo risco. Foi Antíoco para a Grécia a chamado dos Etólios para expulsar os Romanos. Antíoco mandou embaixadores aos Aqueus, aliados dos Romanos, para incitá-los a se conservarem neutros; por outra parte, os Romanos procuram persuadi-los a tomarem armas contra aquele. Tal matéria foi à discussão no concilio dos Aqueus, onde procurava o delegado de Antíoco convencê-los a manterem-se neutros, ao que respondeu o delegado dos Romanos: Q'uod autem isti dlcunt non Interponendi vos beIlo, nlhil magis alienum rebus vestris est, sine gratia, sine dignitate, praemium victoris eritis[9]". E sucederá sempre que aquele teu inimigo pedir-te-á que fiques neutro e o que é teu amigo que tomes armas abertamente. E os príncipes tímidos, para fugirem a estes perigos, seguem, com freqüência, aquela linha de neutralidade e geralmente são mal sucedidos. Mas quando tomas corajosamente partido aberto por um dos contendores, se aquele ao qual te ligaste vencer, mesmo que seja poderoso e fiques à sua mercê, ele terá obrigações para contigo e é compelido a ter amizade por ti; e os homens jamais são tão maus que desejem oprimir aos que devem ser agradecidos. Além disso, as vitórias não são jamais tão completas que o vencedor não tenha que levar em conta outras considerações, sobretudo de justiça.

Se aquele ao qual auxilias, porém perder, serás socorrido por ele quando puder e, nesse caso, estarás unido a uma fortuna que pode renascer. No segundo caso, quando os litigantes sejam tais que não precises temer a vitória de qualquer deles, a tua aliança com um deles é tanto mais prudente quanto assim provocarás a ruína de um com a ajuda de quem o deveria salvar, se fosse sábio, e vencendo tu, o teu aliado ficará à tua discrição e é impossível que' não. vença com a tua ajuda.

Diga-se agora que um príncipe deve ter' o cuidado de não se .aliar com um mais poderoso, senão quando for impelido pela necessidade, como se explicou acima, porque, vencendo, ficará presa do aliado; e os príncipes devem evitar a todo custo estar à mercê de outro. Aliaram-se os Venezianos à França contra o Duque de Milão. e podiam deixar de realizar essa união; e daí resultou a ruína deles. Quando, porém, não se pode deixar de realizar essa aliança, como sucedeu aos Florentínos quando o Papa e a Espanha foram assaltar a Lombardia com armas, então deve o príncipe aderir, pelas razões expostas. Não imagine jamais nenhum governo poder tomar decisões inteiramente acertadas; pense, sobretudo, em que terá de tomá-las sempre incertas. porque isto está na ordem das coisas, que nunca deixa, quando se busca impedir algum inconveniente, de cometer outro. A prudência está exatamente em saber conhecer a natureza dos inconvenientes e adotar o que for menos prejudicial como sendo bom.

---

[9] Quanto a opinião de não deveres intervir na guerra, nada é mais prejudicial aos vossos próprios interesses, pois sem recompensa e ingloriamente sereis presa do vencedor

Do mesmo modo, deve um príncipe mostrar-se amante das virtudes e honrar aqueles que se destacam numa arte qualquer. Além do mais, deve excitar os seus cidadãos a exercer em liberdade as suas atividades, no comércio, na agricultura e em qualquer outro terreno, de maneira que o agricultor não deixe de enriquecer as suas propriedades pelo medi de lhe serem arrebatadas e o comerciante não deixe de ativar o seu negócio por temer os impostos. Pelo contrário, deve instituir prêmios para aqueles que desejarem empreender tais coisas e para todos aqueles que, de qualquer modo, pensarem em ampliar a sua cidade ou o seu Estado. Além do mais, deve, nas épocas próprias do ano, dar ao povo festas e espetáculos. E como todas as cidades estão divididas em artes ou corporações de ofícios, deve ocupar-se muito destas, procurando-as algumas vezes, dar provas de afabilidade e unificiência, mantendo sempre integral, entretanto, a majestade da sua dignidade, a qual não deve faltar em nada.

CAPITULO XXII

DOS MINISTROS DOS PRÍNCIPES

A escolha dos seus ministros não é coisa de mínima importância. ministros que serão bons ou não, conforme a prudência daquele. E a primeira conjetura que se faz, a respeito das qualidades de inteligência de um príncipe, está na observação dos homens que estão ao seu redor. Sendo estes competentes e fiéis, pode-se tê-lo como sábio. por saber reconhecer as qualidades daqueles e conservá-los fiéis. Quando, porém, não são assim. pode-se avaliar sempre mal do senhor, porque cometeu seu primeiro erro nessa escolha. Ninguém houve que, conhecendo a "messer" Antônio da Venafro como, ministro de Pandolfo Petrucci, senhor de Siena, não tivesse este como homem muito valoroso pelo fato de escolher Venafro para seu ministro. E como existem três tipos de cabeça - uma, que entende por si mesma as coisas, outra que sabe discernir o que os outros entendem e, por fim, uma que nem por si entende nem sabe ajuizar o trabalho dos outros (a primeira é excelente. a segunda muito boa e a terceira ínútil) - todos estavam de acordo. necessariamente, que, se Pandolfo não estava no primeiro caso, estava pelo menos no segundo. Uma vez que se é capaz de conhecer o bem e o mal que outrem diga. ou faça, mesmo não tendo iniciativa própria, as boas e as más qualidades do ministro são reconhecidas, exaltando as primeiras e corrigindo as segundas. O ministro, desse modo, não pode esperar enganar o príncipe e se mantém bom.

Entretanto. para que um príncipe possa conhecer bem o ministro, existe este modo que jamais falha: quando perceberes que o ministro pensa mais em si mesmo do que em ti, e que em todas as suas ações procura tirar proveito pessoal, podes estar certo de que ele não é bom, e nunca poderás confiar-te nele; aquele que dirige os negócios do Estado não deve jamais pensar em si mesmo, mas sempre no príncipe e nunca recordar-lhe coisas que estejam fora da esfera do Estado.

Por outro lado, o Príncipe. para garantir-se do ministro, deve pensar nele, honrando-o, fazendo-o rico, fazendo com que ele contraia obrigações para contigo, fazendo-o participar de honras e cargos, de modo que as muitas honrarias não lhe tragam o desejo de outras. as muitas riquezas não lhe façam desejar maiores, e os muitos encargos não lhe façam temer mutações. Quando, portanto. os ministros e os príncipes com relação a estes, são assim, podem confiar mutuamente; de outro modo, o fim será sempre mau para uns e outros.

CAPíTULO XXIII

DE COMO SE EVITAM OS ADULADORES

Não posso deixar de cuidar de um capítulo importante sobre um erro do qual os príncipes com muita dificuldade se defendem, se não são muito prudentes ou não sabem escolher bem.

Faço referência aos aduladores de que as cortes estão cheias; porque os homens se alegram tanto com as próprias coisas e enganam-se tanto nestas, que com dificuldade defendem-se dessa peste; desejando-se evitá-la, há o perigo de cair em desconsideração, pois outra maneira de proteger-se da adulação não existe, senão fazer com que os homens compreendam que não te fazem ofensa em dizer a verdade; quando, porém, todos podem dizer-te a verdade, faltar-te-ão ao respeito. Um príncipe prudente deve, pois, portar-se de uma terceira maneira. escolhendo no seu Estado homens sábios e apenas a estes deve conceder o direito de dizer-lhe a verdade a respeito, porém. somente das coisas que ele lhes inquirir. Deve consultá-los sobre todas as coisas e ouvir-lhes a opinião, e deliberar depois como julgar melhor e, com conselhos .daqueles, conduzir-se de modo tal que eles percebam que com quanto mais liberdade falarem. mais facilmente serão suas opiniões seguidas. Agindo de outro modo. o príncipe ou é precipitado pelos. aduladores ou ainda muda muito freqüentemente de opinião; daí decorre a falta de confiança. Desejo, a este propósito. acrescentar um exemplo moderno: o bispo Lucas, homem de Maximiliano, o atual imperador. falando de sua Majestade, afirmou não aconselhar-se este com pessoa nenhuma, mas também não confiava nunca somente no seu próprio juízo; isso é explicável pelo fato de ele não seguir jamais o conselho acima, pois o imperador, sendo homem discreto, não informa os seus desígnios a ninguém e a ninguém pede opinião. Na oportunidade, porém, de pôr em prática as suas deliberações, os desígnios começam a se tornar conhecidos e manifestos, e, portanto, a ser contraditados por aqueles que lhe estão à volta, e entende-se fàcilmente, então, que o imperador se afaste do que resolvera. Resulta daí que as coisas que faz num dia destrói no outro e que nunca se saiba o que ele pretende e ninguém pode prever as suas decisões.

Um príncipe deve, pois, aconselhar-se sempre, mas quando ele julgar que o deve e não quando os outros desejarem; antes, deve tirar a todos a vontade de aconselhar algo sem que ele o peça. Entretanto, deve indagar muito e ouvir com paciência a verdade a respeito das coisas indagadas. Mesmo, julgando que alguém, por medi não lhe diga a verdade, não deve o príncipe deixar de mostrar o seu desprazer. Muitos entendem que os príncipes que adquiriram reputação de prudentes, devem-no não à sua natureza, mas aos bons conselhos dos que lhe estão em volta. É erro evidente. por ser regra geral, que não falha nunca: um prudente que por si não seja prudente não pode ser bem aconselhado, se por acaso não acatar o juízo de um só. muito sábio, que entenda de tudo. Tal caso podia suceder, mas teria pouca duração, pois aquele que governasse de fato, em pouco tempo lhe tiraria o Estado. Aconselhando-se. porém, com mais de um, um príncipe que não seja sábio jamais terá unidade de conselhos e nem por si mesmo saberá como harmonizá-los. Cada um dos conselheiros pensará como quiser e ele não saberá corrigi-los nem ajuizar a tal respeito. E não pode ser de outro modo, pois os homens serão sempre maus para ti, se por necessidade não se fizerem bons. O que se conclui daí é que os bons conselhos, venham de onde vierem. nascem da prudência do príncipe e não a prudência do príncipe dos bons conselhos.

CAPíTULO XXIV

POR QUE OS PRíNCIPES DE ITÁLIA PERDERAM SEUS ESTADOS

Se- se observarem com prudência as coisas mencionadas, o príncipe novo parecerá de ascendência antiga e assim se tornará mais seguro e firme no Estado, do que se ele realmente aí estivesse há muito tempo. Um príncipe novo é muito mais vigiado em seus atos do que um hereditário, e quando esses atos mostram virtude, atraem muito mais aos homens e os obrigam muito mais do que a antiguidade do sangue. Isso porque os homens são muito mais presos às coisas do presente do que àquelas do passado e, quando acham o bem naquelas, contentam-se e nada mais buscam. antes, tomarão a defesa do príncipe se este não falhar nas demais coisas às suas promessas. E desse modo ele gozará a dupla glória de ter fundado um principado novo e de o ter engalanado e fortalecido com boas leis, boas armas e exemplos bons, da mesma

maneira que um príncipe antigo terá a dupla vergonha. porque, tendo nascido príncipe, perdeu o Estado por sua minguada prudência.

E se forem considerados aqueles senhores que. em nossos dias, na Itália. puderam seus Estados, como o rei de Nápoles, duque de Milão e outros, achar-se-á neles, em primeiro lugar, um defeito comum quanto às armas, pelos motivos já ditos; depois se verá que muitos deles, ou foram hostilizados pelo povo ou, em
caso contrário, não souberam tornar inofensivos os grandes, pois sem estes defeitos não se perdem Estados tão fortes que possam colocar um exército em campo.

Filipe da Macedônia, não o pai de Alexandre. mas aquele que Tito Quinto derrotou, não tinha domínios muito grandes, em relação à grandeza dos Romanos e da Grécia. que o acometeram; não obstante, por ser bom militar e homem que sabia não se tornar malquisto do povo, e guardar-se dos poderosos, fez guerra muitos anos contra aqueles, e se, por fim. perdeu algumas cidades, ficou-lhe porém o reino.

Deste modo, esses nossos príncipes que. por muitos anos. possuíram seus principados, para depois vir a perdê-los, não acusem a fortuna, mas sim sua própria ignávia; porque jamais tendo nas boas épocas pensado em que os tempos poderiam mudar (e é comum nos homens não se preocupar, na bonança, com as tempestades). quando chegaram os tempos adversos, pensaram em fugir e não em defender-se e aguardaram que as populações cansadas da insolência dos vencedores os reclamassem outra vez. Esse recurso é bom. mas quando falham todos os outros; é muito mau, contudo. abandonar os outros remédios em troca deste.

Não quererias cair apenas porque acreditas que encontres quem te levante. Isto. ou não sucede. ou, quando sucede, não te trará segurança. porque é fraco meio de defesa o que de ti não depende. E são sempre bons. certos e duradouros os meios de defesa que dependem de ti mesmo e de teu valor.

CAPíTULO XXV

DE QUANTO PODE A SORTE NAS COISAS HUMANAS E DE QUE MANEIRA SE DEVE RESISTIR-LHE

Não desconheço que muitos têm e tiveram a opinião de que as coisas do mundo são dirigidas pela fortuna e por Deus, de modo que a prudência humana não pode corrigi-las, e mesmo não lhes traz nenhum remédio. Por esse motivo, poder-se-ia acreditar que não deve alguém preocupar-se muito com elas, mas deixar-se dirigir pela sorte. Tal opinião é muito aceita em nossos tempos, pela muita variação das coisas, o que todo dia se nota, de toda conjetura humana. Ás vezes, refletindo sobre isso, tenho-me inclinado a aceitá-la. Não obstante, e para que não se destrua nosso livre-arbítrio, penso que pode ser verdadeiro que a fortuna é árbitra de metade das nossas ações, mas que, mesmo assim, ela nos permite governar a outra metade. Comparo-a a um desses rios impetuosos que, quando se tornam encolerizados, alagam as planícies, destroem as árvores, os edifícios, arrastam montes de terra de uma parte para outra; tudo foge diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder obstar-lhe e, ainda que as coisas se passem assim, não é menos verdadeiro que os homens, quando retorna a calma, podem executar reparos e barragens, de maneira que em outra cheia, aqueles rios correrão por um canal e seu ímpeto não será tão livre nem tão prejudicial. O mesmo acontece com a fortuna; o seu poder se manifesta onde não há resistência organizada, voltando ela a sua violência apenas para onde não foram providenciados diques e barragens para detê-la. E se observardes a Itália, que é sede e origem de tais revoluções, vereis que ela é como uma região sem diques, e sem barreiras alguma, e que, se fosse convenientemente protegida, como a Alemanha, a Espanha e a França, ou as enchentes não provocariam as mudanças que existem ou mesmo não se verificariam. E com isso acredito que disse bastante a respeito dos obstáculos que podem ser opostos à sorte, em geral.

Restringindo-me, porém, aos casos particulares, digo que hoje se vê o sucesso de um

príncipe e amanhã a sua desgraça, sem que tivesse havido mudança na sua natureza, nem em alguma das suas qualidades. Julgo que a razão disso, como antes se disse, é que, quando um príncipe se baseia inteiramente na Fortuna, arruína-se conforme as variações dela. Também tenho por feliz o que combina o seu modo de agir com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz divergir dos tempos a sua maneira de agir. Relativamente aos caminhos que os conduzem à finalidade que buscam, isto é, glórias e riquezas, costumam os homens agir de modos diversos: um com circunspeção, outro com impetuosidade, um pela violência, outro com a astúcia, um pacientemente, outro com a qualidade contrária, e cada qual por estes diferentes modos pode atingir aqueles fins. Nota-se que, de dois indivíduos cautelosos, um chega ao seu objetivo e outro não, e do mesmo modo, dois igualmente felizes, com duas maneiras diferentes de agir, são, um circunspeto e outro impetuoso, o que nasce apenas da natureza especial da época, e com a qual se conforma ou não o seu modo de agir. Assim, como ficou dito, dois procedendo de modo diverso alcançam o mesmo desígnio, e dois agindo de modo igual, um vai diretamente ao fim e outro não. Disso dependem igualmente as diferenças de prosperidade, pois se um se porta com cautela e prudência e os tempos e as coisas lhe são favoráveis, o seu governo prospera e daí lhe vem felicidade. Mas se mudam os tempos e as coisas, arruína-se ele, porque não modificou seu modo de agir. Não se acha homem tão prudente que saiba acomodar-se a isso, seja porque não pode desviar-se daquilo a que o impele a natureza, seja porque, tendo prosperado num caminho, não pode resignar-se a deixá-lo. Ora, o homem circunspeto, quando é necessário ser impetuoso, não o sabe ser, e isso é causa de que se arruíne, porque, se mudasse de natureza, de acordo com o tempo e as coisas, não mudaria de fortuna. O papa Júlio n agiu em todas as coisas com impetuosidade, e achou tanto o tempo como as coisas de acordo com o seu modo de agir, de modo que sempre alcançou êxito. Atentai para a primeira expedição que realizou em Bolonha, ainda em vida de "messer" Giovanni Bentivoglio. Os Venezianos eram contrários ao papa; o rei de Espanha, também. Enquanto ainda estava discutindo com a França sobre a expedição, pôs-se a executá-la, pessoalmente, com violência e ímpeto. Tal atitude fez que se conservassem inativos Espanha e Venezianos; estes, por temor, e aquela pelo desejo de recuperar tudo o reino de Nápoles. De outro modo. fez-se acompanhar pelo rei de França, porque tendo percebido que ele se movera e querendo manter a sua amizade para humilhar os Venezianos, julgou não poder recusar-lhe sua gente sem com isso cometer grande injúria. Júlio realizou, pois, com sua ação impetuosa, o que nenhum outro papa, com toda a prudência humana, poderia realizar, pois se, para partir de Roma, aguardasse pelo assentamento de todos os planos e tudo organizado, como qualquer outro papa o faria, nunca teria conseguido o que conseguiu, porque o rei da França arranjaria mil escusas, e os demais ter-lhe-iam infundido mil temores. Não .desejo falar das suas outras ações, todas iguais e felizes. A brevidade de seu reinado não lhe fez sofrer revezes; se chegasse a tempo de agir com circunspeção, ter-se-ia dado a sua ruína, pois ele jamais se desviaria do rumo a que era impelido pela sua natureza. Concluo, pois, por dizer que, modificando-se a fortuna, e conservando os homens, com obstinação, o seu modo de proceder, são felizes enquanto esse modo de agir e as particularidades do tempo combinarem. Não combinando, serão infelizes. Estou convicto de que é melhor ser impetuoso do que circunspeto, porque a sorte é mulher e, para dominá-la, é necessário bater-lhe e contrariá-la. É pelo geral reconhecido que ela se deixa dominar de preferência por estes do que por aqueles que agem friamente. A fortuna, como mulher, é sempre amiga dos jovens porque são menos circunspetos, mais ferozes e com maior audácia a dominam.

CAPíTULO XXVI

EXORTAÇÃO AO PRÍNCIPE PARA LIVRAR A ITÁLIA DAS MÃOS DOS BÁRBAROS

Observadas, portanto todas as coisas acima ditas e pensando comigo mesmo se, na Itália, os tempos atuais poderiam prometer honras a um príncipe novo e se havia objeto que desse, a

algum que fosse prudente e valoroso, ocasião de introduzir nova ordem que lhe propiciasse reputação e prosperidade para o povo, quis-me parecer que existem tantas coisas favoráveis a um príncipe novo que não sei de época mais propícia para a consecução de tais propósitos. E como disse ter sido preciso, para que fosse conhecida a virtude de Moisés, que o povo de Israel fosse escravo no Egito; para conhecer-se a grandeza de alma de Ciro, que estivessem os Persas oprimidos pelos Medas; e para conhecer-se o valor de Teseu, que os Atenienses estivessem dispersas, - assim, modernamente, desejando-se conhecer o valor de um príncipe italiano, seria preciso que a Itália chegasse ao ponto em que hoje se encontra. Que estivesse mais escravizada do que os hebreus, mais oprimida do que os Persas, mais dispersa que os Atenienses, sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, lacerada, invadida, e que houvesse, por fim, sofrido toda espécie de calamidades. E ainda que tenham aparecido até o presente, certas providências por parte de alguém, que poderiam ser julgadas como inspiradas por Deus, para a redenção do país, viu-se depois como, no ponto mais elevado de suas ações, foi abandonado pela Fortuna. Deste modo, tendo ficado como sem vida, aguarda a Itália aquele que lhe possa curar as feridas e dê fim ao saque da Lombardia, aos tributos do reino de Nápoles e da Toscana, e que cure as suas chagas já há muito tempo apodrecidas. Percebe-se que ela pede a Deus que lhe mande alguém que a redima de tais crueldades e insolências de estrangeiros. Vê-se, mesmo, que se acha pronta e disposta a seguir uma bandeira. desde que exista quem a levante. E não se vê, hoje em dia, de quem ela possa esperar do que na vossa ilustre casa, a qual, com a sorte e o valor, auxiliada por Deus e pela Igreja - à cuja testa agora está – poderá constituir-se cabeça desta redenção. Isso não será muito difícil se vos voltardes ao exame das atitudes e vida dos que acima se mencionou. E ainda que tais homens tenham sido raros e maravilhosos, foram, porém, homens, e as oportunidades que tiveram - todos eles - foram menos propícias do que a atual: porque as suas empresas não foram mais úteis do que estas nem mais fáceis, nem Deus foi mais amigo deles do que o é vosso. Muito justa é esta assertiva: Justam enim est bellum quibus necessarium, et via arma ubi nulla nisi armis spes *est"*[10]. Aqui tudo está disposto de modo favorável; e onde tal acontece, não pode haver grande obstáculo para aquele que se prontificar a proceder como aqueles aos quais propus como exemplo. Além do mais, vêem-se aqui extraordinárias ações de Deus, como ainda não houve exemplo: o mar abriu-se, uma nuvem mostrou o caminho, brotou água da pedra, aqui choveu o maná; tudo concorreu para a vossa grandeza. O que está por fazer é tarefa que compete a vós. Deus não deseja fazer tudo, para não impedir o nosso livre-arbítrio e tirar parte da glória que nos pertence. E não é causa de maravilhar-se se algum dos já citados italianos não pôde realizar aquilo que se pode aguardar da vossa ilustre casa e se, em tantas revoluções da Itália, em tantos esforços de guerra, parecer enfim que a virtude militar se tenha extinto no país. O motivo disto está em que as antigas instituições políticas não eram boas e não houve ninguém que tivesse podido arranjar outras; e jamais coisa nenhuma deu tanta honra a um governo novo como as novas leis e regulamentos que elaborasse. Quando estas. são bem fundadas e encerram grandeza, fazem que ele seja reverenciado o estimado; e na Itália não faltam motivos para a consecução desse trabalho.

Aqui há muito valor no povo, embora faltem chefes. Observai, nos duelos e torneios, quantos são os italianos superiores em força, destreza e inteligência. Tratando se, porém, de exércitos. tais qualidades não chegam a mostrar-se. E tudo deriva da fraqueza dos chefes, pois os que sabem não são obedecidos e todos acreditam saber muito, não tendo surgido até o momento nenhum cujo valor ou sorte de tanto realce que obrigue os demais a abrir-lhe caminho. É por esse motivo que em tanto tempo, em tantas guerras que se deram nestes últimos vinte anos, todo exército inteiramente_italiano sempre se saiu mal. É o que nos de mostram Taro, depois Alexandria, Cápua, Gênova, Vailá, Bolonha, Mestre.

Desejando, portanto, a vossa ilustre casa seguir o exemplo daqueles grandes homens e

---

[10] Justa, verdadeiramente, é a guerra quando necessária, e piedosas as armas quando apenas nas armas repousa a esperança.

redimir suas províncias, é preciso, antes de tudo o mais, como verdadeira base de qualquer empresa, prover-se de tropas suas, porque não existem outras mais fiéis nem melhores. E ainda que cada soldado possa ser bom, todos reunidos ainda se tornarão melhores, quando sentirem que os comanda seu príncipe e honrados e bem tratados por ele. É preciso, portanto, preparar essas armas, para poder defender-se dos estrangeiros com a própria bravura italiana. E não obstante sejam consideradas formidáveis as infantarias suíças e espanholas, têm ambas defeitos, de maneira que uma terceira potência, que viesse a ser criada, poderia não só opor-se mas ter confiança na vitória. Os espanhóis não podem enfrentar a cavalaria e os suíços deverão temer as forças de infantaria quando as acharem tão obstinadas, tão fortes quanto eles nas lutas. Já se viu e ainda se verá que os espanhóis não podem enfrentar uma cavalaria francesa e os suíços serem derrotados pela infantaria espanhola. E ainda que deste último caso não se tenha tido exemplo direto, teve-se uma amostra na jornada de Ravena, quando se enfrentaram a infantaria espanhola e a alemã, a qual usa a mesma tática dos suíços: os espanhóis, graças à sua agilidade, e apoiados pelos seus escudetes, tinham-se colocado sob as lanças dos alemães e estavam convencidos de que os venceriam, sem que houvesse salvação para estes. E não fosse o auxilio da cavalaria, todos eles teriam sido realmente chacinados. Pode-se, pois, conhecendo os defeitos destas duas espécies de infantaria, organizar uma terceira que resista à cavalaria e não tema a sua rival. E daí virá a formação de uma geração de guerreiros e a alteração dos métodos. E são essas coisas que, reorganizadas, dão reputação e grandeza a um príncipe novo.

Não se deve, pois, deixar escapar-se essa oportunidade, a fim de fazer com que a Itália, após tanto tempo, encontre um redentor. Não tenho palavras para manifestar o amor e o entusiasmo com que ele seria recebido em todas as províncias que sofreram ataques e invasões estrangeiras, nem com que sede de vingança, com que obstinada fé. com que piedade, com que lágrimas. Que portas se lhe fechariam? Que povos lhe negariam a obediência? Que inveja lhe faria face? Qual italiano seria capaz de recusar lhe seu favor? Já fede, para todos, este domínio de bárbaros. Tome, portanto, a vossa ilustre casa esta tarefa com alquile ânimo e aquela fé com que as boas causas são esposadas, a fim de que, sob o seu brasão, esta pátria se enobreça, e sob os seus auspícios se verifique aquela expressão de Petrarca:

"irtu contro a furare
Prender l'arme; e fia il combater corto;
Ché I' antico calare
Nelli italici cor non e ancor morto[11] .

[11] A virtude tomará armas contra o furor, e o combate será breve, pois não está morto ainda o antigo valor nos corações Italianos.